

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS COM O
PADRÃO DUBLIN CORE: UMA PROPOSTA DE MODELAGEM
DE METADADOS PARA O ACERVO FOTOGRÁFICO DOS
REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

MAYCON SOAVE DE ALMEIDA

VITÓRIA (ES)

2022

MAYCON SOAVE DE ALMEIDA

**ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS COM O
PADRÃO DUBLIN CORE: UMA PROPOSTA DE MODELAGEM
DE METADADOS PARA O ACERVO FOTOGRÁFICO DOS
REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Daniela Lucas da Silva Lemos

VITÓRIA (ES)

2022

DADOS CATALOGRÁFICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

RESUMO

O resgate de documentos históricos da ditadura militar brasileira proporcionado, em muito, pela Comissão da Verdade (CNV) em todo o país, permitiu que diversas ações fossem promovidas em prol desse tema. Alinhada aos indicativos da Comissão da Verdade, a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) executou diversos levantamentos em documentações desse período em diversos departamentos e revelou uma grande massa de documentação que necessita de tratamento especializado. As fotografias dos Reitores da Ufes são um exemplo desse contexto. Como questão desta pesquisa surge, portanto, a necessidade de se descreverem e de se representarem os assuntos presentes nas fotografias por meio de metadados, que são eficientes para qualificar dados, promover acesso, recuperação e preservação. Escolhe-se, para esta pesquisa, o padrão de metadados *Dublin Core*, que é um padrão de metadados recorrentemente utilizado para descrição de itens digitais. Surge, portanto, uma questão de pesquisa relacionada a: de que maneira a categoria assunto (*subject*) do padrão *Dublin Core* pode contribuir na representação temática de objetos iconográficos de acervos históricos e de caráter arquivístico? Objetiva-se, assim, a propor uma modelagem de metadados, a partir do padrão *Dublin Core* a fim de se organizar e representar tematicamente o acervo fotográfico dos Reitores da Ufes no período de 1964 a 1985. Para responder a questão da pesquisa, um levantamento bibliográfico, em bases de dados de pesquisa, foi executado de modo a apreender conhecimento acerca de metadados e de padrões de metadados, assim como saberes relativos à representação temática da informação. Utilizam-se os elementos básicos do padrão de metadados numa amostra de fotografias do acervo citado e se discutem suas ocorrências. Aponta-se que a representação temática é importante para a qualificação de assuntos e pode ser aliada de projetos relativos à defesa de memória, verdade e justiça, bem como é capaz de fomentar o conhecimento acerca do contexto das fotografias e, mediante a ampliação de pontos de acesso, é possível que se efetive a democratização do acesso a esses acervos.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar. *Dublin Core*. Organização e representação. Fotografia. Metadados.

ABSTRACT

The rescue of historical documents of the Brazilian military dictatorship provided, in large part, by the Truth Commission (CNV) throughout the country, allowed several actions to be promoted in favor of this theme. In line with the indications of the Truth Commission, the Federal University of Espírito Santo (Ufes) carried out several surveys on documentation from that period in various departments and revealed a large mass of documentation that needs specialized treatment. The photographs of the Rectors of Ufes are an example of this context. As a question of this research, therefore, the need arises to describe and represent the subjects present in the photographs through metadata, which are efficient to qualify data, promote access, recovery and preservation. For this research, the Dublin Core metadata standard was chosen, which is a metadata standard commonly used to describe digital items. Therefore, a research question arises related to: how can the subject category of the Dublin Core standard contribute to the thematic representation of iconographic objects from historical and archival collections? The objective is, therefore, to propose a metadata modeling, based on the Dublin Core standard in order to organize and thematically represent the photographic collection of the Ufes Rectors from 1964 to 1985. To answer the research question, a survey bibliography, in research databases, was carried out in order to capture knowledge about metadata and metadata standards, as well as knowledge related to the thematic representation of information. Basic elements of the metadata standard are used in a sample of photographs from the aforementioned collection and their occurrences are discussed. It is pointed out that the thematic representation is important for the qualification of subjects and can be allied to projects related to the defense of memory, truth and justice, as well as being able to promote knowledge about the context of the photographs and, by expanding points of access, it is possible that the democratization of access to these collections will take place.

KEYWORDS: Military dictatorship. *Dublin Core*. Organization and presentation. Photography. Metadata.

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE SIGLAS

AACR — Anglo-american Cataloging Rules
ATT — Getty's Art & Architecture Thesaurus
BC — Batalhão de Caçadores
BC Ufes — Biblioteca Central da Ufes
BIBLIFRAME — Bibliographic Frame Work
BIBO — Bibliographic Ontology
BIM — Building Information Model
BRAPCI — Base de Dados em Ciência da Informação
CCO — Cataloging Cultural Objects
CDD — Classificação Decimal de Dewey
CDU — Classificação Decimal Universal
CNV — Comissão Nacional da Verdade
Conarq — Conselho Nacional de Arquivos
CV-Ufes — Comissão da Verdade-Ufes
DC —Dublin Core
DCAP — Dublin Core Application Profile
FOAF — Friend of a Friend Vocabulary
FRPR — Functional Requirements for Bibliographic Records
GARE — Guidelines for Authority and Reference Entries
GARR — Guidelines for Authority Records and References
ICA — International Council on Archives
IFLA — International Federation of Library Associations and Institutions
ISAAR (CPF) — International Standard Achival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families
ISAD(G) — General International Standard Archival Description
LCSH — Library of Congress Subject Headings
LD — Linguagens documentárias

LN — Linguagem natural

MARC 21 — Machinal Readable Cataloging 21

MDH — Memorial de Direitos Humanos

NOBRADE — Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PROEX — Pró-Reitoria de Extensão

RiC-CM — Records in Contest: Conceptual Model for Archival Description

SEED — Secretaria de Estado da Educação

SOC — Sistemas de Organização do Conhecimento

Ufes — Universidade Federal do Espírito Santo

UFSC — Universidade Federal de Santa Catarina

UNIFAP — Universidade Federal do Amapá

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Descrição da pasta número 055 do reitor Máximo Borgo Filho	12
Imagem 2: Elementos de metadados Dublin Core no acervo fotográfico dos Reitores da Ufes.....	54
Imagem 3: Sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco, em 1965	57
Imagem 4: Visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras em 1969	59
Imagem 5: Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa	20
Imagem 6 – Ato de alunos e servidores na Reitoria reivindicando eleições diretas para Reitor, em 1983.....	62
Imagem 7 – Pichações em protesto contra o Reitor José A. S. Abi-Zaid no campus da Ufes de Goiabeiras	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVO GERAL.....	20
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	20
1.4 JUSTIFICATIVA	20
1.5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	23
2 REVISÃO DE LITERATURA	26
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	33
3.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ÊNFASE NA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS.....	33
3.1.1 Metadados	44
3.2 ACERVOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	46
3.3 A REPRESENTAÇÃO PRESENTE NA FOTOGRAFIA.....	48
4 METODOLOGIA.....	51
4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	51
4.2 CUMPRIMENTO DO PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO	52
4.3 CUMPRIMENTO DO SEGUNDO OBJETIVO DE PESQUISA	55
4.4 CUMPRIMENTO DO TERCEIRO OBJETIVO DE PESQUISA.....	57
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66
6 CONCLUSÃO.....	70
7 REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Após o golpe militar sobre o governo de João Goulart em 1964 — que culminou nos 21 anos de ditadura militar —, diversos setores da sociedade tiveram sua rotina alterada. Estudantes, religiosos, trabalhadores e políticos foram perseguidos, presos, torturados e/ou tiveram seus direitos civis e políticos subtraídos. Esse clima invadiu também as universidades, como assinala Fagundes (2014, p.12-13):

As ações repressivas também atingiram a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O fato mais conhecido foi o afastamento do professor Manoel Xavier Paes Barreto, do cargo de reitor da instituição. Como primeira e única instituição pública de ensino superior no estado, a UFES e seu cargo de reitor eram extremamente visados.

O aparelhamento da universidade por parte dos militares mostrou-se de diversas maneiras: o Conselho Universitário sofreu interferência do general Newton Reis, comandante do 3º Batalhão de Caçadores (BC); inquéritos administrativos foram instaurados para averiguar atividades de professores, alunos e funcionários; professores militares, ligados ao 3º BC, passaram a fazer parte do dia a dia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) (FAGUNDES, 2014). Dentre inúmeras ações de cerceamento da liberdade e o constante clima de suspeição dentro do campus, atividades comuns da rotina administrativa da universidade seguiam ativas.

Nardino e Caregnato (2005, p. 388-389) apontam que a preocupação em manter viva a memória registrada nos documentos é uma constante para quem lida com acervos. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), constituída pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, foi sancionada com a finalidade de examinar e de esclarecer graves violações dos direitos humanos, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e de promover a reconciliação nacional. Para a execução dos trabalhos, dentre outras atribuições, a Comissão coletou testemunhos, dados, documentos e informações de vários órgãos da administração pública para a publicação de um relatório final que descrevesse os resultados obtidos das pesquisas.

Por meio da portaria 478/2013, de 27 de fevereiro de 2013, foi constituída a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CV-Ufes), que, dentro das atribuições de sua representante nacional, reuniu informações (documentos de acervos e depoimentos), organizou e sistematizou o material encontrado. Ao fim do período estabelecido por lei, a CV-Ufes produziu o Relatório Final da Comissão da Verdade da Ufes — material de grande importância para a sociedade brasileira e para a comunidade acadêmica em geral.

Parte da documentação desse período é composta por fotografias e está acondicionada no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central Fernando de Castro Moraes, da Ufes. Essas fotografias não foram alvo de análise da CV-Ufes, mesmo que — tais quais os materiais utilizados durante os trabalhos da citada comissão — sejam itens de extrema preciosidade e auxiliem a compreender um pouco mais a estrutura, os episódios e os ambientes que existiam na Ufes durante a ditadura militar.

Esse setor reúne obras de várias personalidades renomadas do meio científico e de grande participação social na vida pública capixaba. Devido ao inestimável valor econômico e cultural, além da preciosidade e da unicidade dos exemplares pertencentes a essas coleções, a preocupação com a organização, a representação da informação e a preservação (SVENONIUS, 2000; TAYLOR, 2004; ALMEIDA; LEMOS, 2022) devem ser redobradas, dada a ação do tempo sobre essas obras.

Devido à relação de produção orgânica que essa coleção de fotografias possui, ou seja, suas fotografias foram produzidas em decorrência de ações administrativas específicas e necessárias para o registro institucional e necessária à sua própria existência, assim como características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade e unicidade (DURANTI, 1994), entende-se, para esta pesquisa, o caráter arquivístico dessa coleção.

Em contrapartida — e entendendo que o conceito de “coleção” abarca a “reunião intencional de documentos sem a marca da produção natural e sem a explicação da relação orgânica entre os documentos e entre as atividades que os geraram

(MALVERDES, 2015, p. 92) —, adota-se, para a presente pesquisa, a compreensão de “fundo de arquivo”, encontrada em Couture e Rousseau (1998, p. 91), que consideram tal agrupamento como “[...] conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício de suas atividades ou das suas funções”. Por esses motivos, reconhece-se a relevância orgânica do acervo fotográfico dos Reitores da Ufes, assim como seu caráter arquivístico, visto que sua estruturação mantém características típicas de um acervo arquivístico, apesar de estar acondicionado em um espaço de biblioteca.

Elencar tais conceitos permite à organização e à representação da informação auxiliar na perpetuação da memória social e institucional da Ufes, garantindo a qualificação dos dados e dos conteúdos presentes nas fotografias dos reitores e na posterior preservação da informação desses objetos físicos.

Quanto à organização da informação, de acordo com Brascher e Café (2008, p. 4), seu objetivo é “[...] possibilitar o acesso ao conhecimento contido na informação”. Assim, organiza-se a informação de modo a poder indexá-la, promovendo seu acesso e sua recuperação. Já na organização da informação arquivística, o foco está no contexto que possibilitou a produção da informação, ou seja, na gênese documental, a ênfase deixa de estar no item documental (WANDERLEY, 2019).

Visto assim, o documento arquivístico — como apontado anteriormente — existe por uma função orgânica e que “Mediante o profundo conhecimento da instituição e seu entorno, é possível obter subsídios para a representação da informação arquivística.” (WANDERLEY, 2019. p. 16). Em suma, tais fontes necessitam ser descritas para serem organizadas e representadas, a fim de cumprirem propósitos de comunicação (SVENONIUS, 2000).

A presente pesquisa alinha-se com o proposto no projeto “Repositório de Objetos Imagéticos e Documentos Históricos sobre o Espírito Santo: MeDES — Memória Digital Espírito-santense”, enquadrado na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Ufes. O projeto tem como finalidade reunir, organizar, tratar e dar visibilidade à

memória do Estado a partir de objetos imagéticos e documentais, considerados como patrimônio digital a ser preservado e como fonte primária para pesquisas.

Esta pesquisa, ainda, é uma continuidade de um projeto de iniciação científica institucional, realizado no período 2015-2016, quando foi executada a digitalização e a criação do acervo digital fotográfico dos Reitores da Ufes que atuaram na universidade até o fim da ditadura militar. Há um total de 7.709 itens digitalizados, dispostos em 994 pastas, separados em 11 pastas de Reitores. Dentre os itens digitalizados, estão os envelopes que protegem as fotografias, as próprias fotografias, e, quando havia outras informações contidas no verso, o verso também era digitalizado para manter a intenção informacional da fotografia.

Por meio da criação do acervo digital, possibilitou-se garantir a integridade física das fotografias, assim prolongando sua preservação física. Além disso, abriu-se uma possibilidade de compartilhamento digital do conteúdo fotográfico para toda a comunidade, pois esse acervo está sob responsabilidade da Biblioteca Central da Ufes e em posse do Setor de Coleções Especiais, o qual não o disponibilizou na *Web*.

Ao migrar documentos de um ambiente analógico para o ambiente digital, há, necessariamente, a produção de dados — reconhecidos, na Ciência da Informação, como a menor parcela dentro de um conjunto informacional; signos não processados ou não contextualizados em uma linguagem específica (SEMELER; PINTO, 2015; BORGMAN, 2016; GOMES; PIMENTA; SCHINEIDER, 2019) — e de metadados, comumente identificados como “dados sobre dados”, que qualificam, valoram, interpretam e são resultados das circunstâncias que vieram a produzir e a gerir dados (GILLILAND, 2016). Na definição de Alves (2010, p. 48), os metadados são

[...] estruturas de descrição constituídas por um conjunto predeterminado de metadados (atributos codificados ou identificadores de uma entidade) metodologicamente construídos e padronizados. O objetivo do padrão de metadados é descrever uma entidade gerando uma representação unívoca e padronizada que possa ser utilizada para recuperação da mesma”.

Logo, parte-se do pressuposto de que instituições de memória podem se beneficiar de iniciativas voltadas à descrição de seus acervos com o objetivo de auxiliar na organização, na representação, na recuperação, no acesso e na preservação digital do patrimônio cultural, utilizando-se de padrões de metadados e de práticas descritivas como importantes ferramentas para melhorar a qualidade dos dados e dos metadados em suas estruturas e, por conseguinte, viabilizar acesso, uso e reúso por aplicações e por pessoas (TRIQUES; ARAKAKI; DE CASTRO, 2020; DIAS *et al.*, 2020; SIQUEIRA *et al.*, 2021).

Para esta pesquisa, um padrão de metadado é de extrema importância, pois é necessário que a descrição dos objetos digitais (fotografias, no caso) seja feita de maneira metódica e padronizada, impedindo variações de termos que acarrete desinformação e em dificuldades de uso e recuperação.

Vislumbra-se, na presente pesquisa, a utilização do padrão de metadados *Dublin Core* (DC) para o tratamento descritivo das fotografias (objeto da pesquisa), uma vez que possui forte relação com a organização da informação e do conhecimento para diversos domínios, pode utilizar esquemas de classificações e de controle de vocabulário para melhorar a padronização e a normalização da informações em bases de dados documentais que serão disponibilizadas em ambiente *Web* para fins de acesso e de recuperação.

A pesquisa sobre o *Dublin Core* é interdisciplinar (ZHANG; MENG, 2013; NOOR; *et al.*, 2018; TORINO; VIDOTTI; VECHIATO, 2020), envolvendo áreas como a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, a Gestão do Conhecimento, a Ciência da Computação, a Arquivologia, a Arquitetura da Informação entre outras, apesar de as pesquisas em *Dublin Core* ainda serem recentes no Brasil (ARAKAKI; SANTOS; ALVES, 2015) e, mais ainda, em acervos relacionados com a ditadura militar (DI PIETRO, 2019; SODRÉ, 2016)

Ao longo de mais de 20 anos desde sua criação, o *Dublin Core* auxilia na descrição de objetos eletrônicos e promove a disseminação de conteúdo na *Web* (ARAKAKI; ALVES; SANTOS, 2018). Suas principais características residem na descrição das propriedades das fontes (intrinsicabilidade), tanto intelectuais

quanto físicas; na possibilidade de ampliar conjuntos de metadados (extensibilidade); na possibilidade ser usado em diversos contextos por não demandar uma sintaxe específica; no fato de nenhum de seus elementos de metadados serem obrigatórios, permitindo maior mobilidade no tratamento descritivo e de todos os elementos de metadados poderem ser duplicados (repetibilidade); além de existir a possibilidade de se modificarem quaisquer elementos de metadados (modificabilidade) (WEIBEL, 1995; ARAKAKI; ALVES; SANTOS, 2018).

Por mais que trabalhos voltados a acervos fotográficos do patrimônio cultural material estejam sendo executados em diversas frentes e em vários domínios (SUGIMOTO; *et al.*, 2018; NOOR; *et al.*, 2019; SIMIC; WICK, 2019; LÓPEZ-CASTILLO; REDUCINDO; BENITA, 2020), ainda é pouco recorrente a utilização do *Dublin Core* na descrição de acervos fotográficos no domínio da ditadura militar, o que possibilita a exploração da descrição e da representação temática baseada nesse padrão de metadado com vistas a se expandirem as compreensões de assunto dentro do cenário do acervo dos Reitores da Ufes.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A raiz desta pesquisa surge a partir da digitalização do acervo fotográfico dos Reitores da Ufes nos anos de 2015-2016. A digitalização desse acervo foi capaz de produzir resultados importantes para a disseminação de informações e de produção democrática de conhecimento, fortalecendo as relações entre o Setor de Coleções Especiais e seus usuários e facilitando o acesso a esse tipo de informação, já que pôde promover, com mais rapidez e até remotamente (caso se faça transferência digital diretamente no local, visto que tal acervo não está na rede mundial de computadores), o acesso às fotografias.

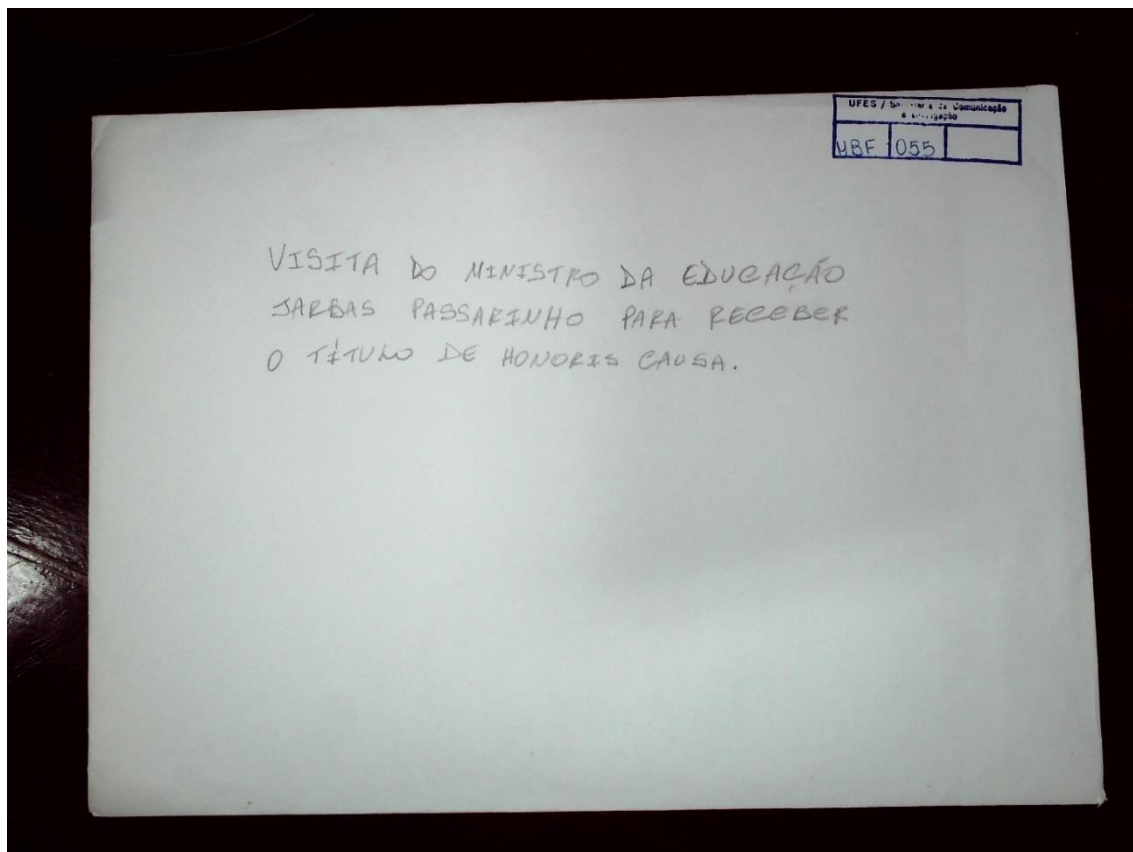
De acordo com o Conselho Nacional de Arquivologia (Conarq), em sua resolução nº 31 de 28 de abril de 2010, que dispõe sobre as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, a digitalização de documentos contribui para disseminação e para o amplo acesso a documentos arquivísticos por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação; permite

intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio informatizado; promove a difusão e a reprodução dos acervos arquivísticos não digitais, em formatos e apresentações diferenciados do formato original; e, incrementa a preservação e segurança dos documentos arquivísticos originais que estão em outros suportes não digitais, por restringir seu manuseio. Como visto, a digitalização serve como a troca de um suporte físico para um digital e auxilia na preservação dos originais, mas não atinge todas as necessidades de processamento de um acervo.

Dessa forma, abre-se um espaço para outras maneiras de organizar e representar a informação, que vão além da criação de representantes digitais por meio da digitalização, como a descrição de objetos digitais por meio de um modelo de metadados, a inserção de acervos e coleções na *Web* promovendo a democratização do acesso ao patrimônio cultural material brasileiro em suas diversas formas e o compartilhamento e identificação de informações por parte da comunidade em geral.

Pode-se perceber que, no acervo fotográfico dos reitores da Ufes, apesar de a digitalização ter sido executada, questões problemáticas relacionadas à descrição dos objetos informativos são recorrentes. Como é perceptível na Imagem 1, a descrição dos objetos é básica: somente se descreve o envelope e não há o uso de nenhum padrão de metadado que vise à organização e à representação, mesmo que minimamente. Inclusive, a descrição não está relacionada especificamente às unidades documentais, quais sejam as fotografias, pois apenas descreve um contexto geral representado por meio dos envelopes.

Imagem 1 – Descrição da pasta número 055 do reitor Máximo Borgo Filho



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes

Malverdes (2015) identifica que a questão da descrição arquivística aplicada a coleções fotográficas não tem sido tratada pela Arquivologia, embora seja uma realidade em diversas instituições a necessidade de organizar, de representar e de disponibilizar seu patrimônio fotográfico.

Ao se voltar o olhar às fotografias e se questionar o papel delas no contexto da época, surge a dificuldade em identificar objetos, pessoas, ambientes, cronologia e cenários. Tais entidades são comumente identificadas e interpretadas através do conteúdo do documento, isto é, por meio da temática, do assunto ou do contexto ora representado na fotografia.

Visto que é ainda recente a abertura de acervos da ditadura militar, promovida em grande parte por meio da Lei de Acesso à Informação e da criação da Comissão da Verdade, surge uma lacuna relativa à representação temática de assuntos como auxílio na organização e na representação de acervos da ditadura militar, já que muitos são os arquivos que detêm documentação dessa

época e muitos deles dependem de maior aprofundamento nessa questão dos assuntos (DI PIETRO, 2019; PASSARIN; KARPINSKI, 2019).

Desse modo, a questão desta pesquisa é: de que maneira a categoria assunto (*subject*) do padrão *Dublin Core* pode contribuir na representação temática de objetos iconográficos de acervos históricos e de caráter arquivístico?

1.2 OBJETIVO GERAL

Apresentar uma proposta de modelagem de metadados fundamentada no padrão Dublin Core para organização e representação temática do acervo fotográfico dos Reitores da Universidade Federal do Espírito Santo no período da ditadura militar (1964-1985).

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar requisitos funcionais para o processo de modelagem de metadados para o contexto envolvido.
- Identificar e selecionar padrões de documentação adequados ao processo de modelagem de metadados, incluindo guia de catalogação e linguagens documentárias apropriadas.
- Aplicar o modelo de metadados a uma amostra de fotografias.

1.4 JUSTIFICATIVA

Ao passo que arquivistas e demais profissionais ligados à Ciência da Informação dispõem-se a atuar em diversos arquivos existentes, surgem novas matérias, procedimentos, teorias e pensamentos com a pretensão de fortalecer intelectualmente o campo da informação.

Torna-se, então, cada vez mais imperativa a necessidade de instituições de memória investirem tempo e esforços em ações relacionadas a seus dados e metadados, seja para o melhor funcionamento de seus setores administrativos e de gestão, seja para a ideal organização, representação e preservação de objetos digitais.

Nesse cenário, padrões de metadados e as normas de descrição auxiliam em agregar valor a objetos digitais de instituições de memória, em dar sustentação à integridade e à autenticidade desses objetos digitais históricos, em facilitar a interoperabilidade entre diferentes acervos e coleções.

Em relação à utilização do padrão de metadados *Dublin Core*, alguns pontos podem ser levantados:

- Ele já é reconhecido internacionalmente como um padrão de metadados eficiente para descrição de fontes documentais (TORINO; VIDOTTI; VECHIATO, 2020);
- Possui vasta literatura indicando o uso desse padrão (ARAKAKI; ALVES; SANTOS, 2018);
- Ainda que pesquisas tenham sido efetivadas acerca do desenvolvimento de sistemas informatizados em instituições — uso do *Dublin Core* no auxílio da organização da informação na *Web* e implementação de bibliotecas digitais etc. (ARAKAKI; SANTOS; ALVES, 2015) —, pouco se tem visto a integração do *Dublin Core* em acervos do patrimônio cultural, o que pode ser notado somente a partir do ano de 2015 com o evento “*Metadata and Ubiquitous Access to Culture, Science and Digital Humanities*”, em São Paulo – Brasil, no qual discussões levantaram a preocupação com a preservação da memória e do patrimônio cultural, bem como do acesso à cultura por meios digitais (ARAKAKI; ALVES; SANTOS, 2018);

Como visto, instituições de memória atualmente são estimuladas a inserir seus acervos e coleções em ambiente digital, quer por motivos de disseminação de

seus materiais, quer por questões de preservação do suporte físico. É de suma importância que tais objetos digitais estejam curados, passem por tratamento documental adequado e estejam contextualizados com a cultura e o ambiente analógico que lhes precede. Isso só é possível se atividades ligadas à organização e à representação de objetos informacionais sejam executadas com equipes multidisciplinares e equipamentos adequados, pois grande parte das atividades que utilizam padrões de metadados dependem primariamente de itens analógicos adequadamente preservados.

Há uma questão voltada à figura do silenciamento, do esquecimento pelo qual essas fotografias passam ao manter acervos dessa época relegados ao “túmulo” criado por armários de metal, que, em suma, servem para beneficiar perpetradores de graves violações dos direitos humanos, beneficiados por uma lei de anistia que, segundo Quinalha (2013, p. 20), deixou os governos democráticos “[...] incapazes de romper mais aberta e diretamente com as heranças autoritárias e com os resíduos de poder preservados pelos setores sociais que apoiaram o regime ditatorial [...]”. Dessa forma, visa-se a atingir o recomendado pelas Comissões da Verdade em romper com a cultura do silêncio e construir uma cultura do acesso à informação, reconstruindo episódios que marcaram, especificamente, o campus universitário da Ufes.

O relatório da Comissão da Verdade do Amapá destaca o “enorme desconhecimento e desinteresse dos alunos acerca desse passado autoritário” (COMISSÃO DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017, p. 68).

Nos últimos anos, os professores, sobretudo, os das áreas de humanas do ensino fundamental e médio, vêm-se se deparando a cada dia com a crescente demanda social e a necessidade cada vez maior de se debater temas considerados de natureza “sensíveis” e de difícil abordagem, como o da ditadura civil-militar brasileira, marcado pelo autoritarismo e pela violência do Estado (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DO AMAPÁ, 2017, p. 68).

Tenaglia (2019) relata dois projetos realizados por comissões da verdade que nos permitem compreender a necessidade de se desenvolverem trabalhos relacionados à ditadura militar. O primeiro projeto realizou, por meio da Comissão Municipal de Juiz de Fora em parceria com departamentos da Universidade Federal de Juiz de Fora, atividades que levaram a um possível

aprimoramento das habilidades de estudantes de nível superior a uma maior familiaridade com questões relacionadas aos direitos humanos e à história da ditadura militar brasileira a partir de debates.

O segundo projeto, promovido pela Comissão Estadual da Verdade do Amapá em convênio com o Departamento de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Secretaria de Estado da Educação (SEED), desenvolveu um projeto educacional sobre a ditadura militar e os direitos humanos nas escolas públicas e privadas.

Sendo assim, a proposta de criação de um modelo de metadados relacionado ao período de ditadura militar pode auxiliar toda a cadeia educacional, desde pesquisadores interessados ao tema até o ensino fundamental, médio e superior, visto a demanda social identificada pela Comissão da Verdade do Amapá.

Por fim, Malverdes (2015, p. 189) destaca como importante “[...] a necessidade de pensarmos a pesquisa sobre os acervos fotográficos no que diz respeito à organização da informação e sua representação com vistas ao resgate do seu contexto de produção e da gênese documental.” Portanto, compete a esse modelo de padrão de metadados compreender e destacar o contexto histórico advindo do acervo dos reitores da Ufes.

Tal iniciativa pode representar um passo em direção à maior democratização do acesso a acervos relacionados à ditadura militar brasileira, pode beneficiar futuras pesquisas históricas e pode revelar fatos até então suprimidos por anos de silenciamento documental.

1.5 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Preservar a memória institucional por meio da digitalização de acervos possibilita, além da perpetuação da informação, ganhos outros que se refletem na disseminação de obras, no reconhecimento da instituição como um patrimônio histórico e social perante a sociedade, além de fortalecer a produção de trabalhos científicos e de pôr a fotografia em um patamar de fonte

documental, e não somente de ilustração de uma época. Torna-se, portanto, imperativo que trabalhos voltados à organização, à representação, à preservação e à difusão de assuntos relacionados ao direito à memória e à verdade sejam continuamente estimulados.

O patrimônio cultural material mantido em instituições de memória, dentre outros espaços de pesquisa, nem sempre está disponível a todos de maneira ampla e acessível. Sendo assim, diversas tecnologias digitais estão sendo desenvolvidas na tentativa de solucionar a problemática do acesso amplo e ágil de objetos informacionais de instituições de memória. Porém, iniciativas voltadas para a transformação de objetos informacionais do meio analógico para o digital por si só não são suficientes, uma vez que há de se pensar em projetos amplos e sequenciais que estruturam, não apenas a arquitetura do *site* ou de repositórios institucionais, mas também que possibilitem a representação temática de assuntos de modo a representar, com maior detalhamento, os objetos informacionais de acervos.

Desse modo, não se torna produtivo o armazenamento de objetos digitais em diversos equipamentos simplesmente por armazenar e sem ter controle do conteúdo presente no acervo, ou disponibilizar tudo *on-line* sem critérios a serem seguidos e sem qualquer responsabilidade com a integridade e autenticidade dos objetos digitais.

Considera-se, dessa maneira, a descrição e a modelagem de um padrão de metadados importantes instrumentos para os propósitos da presente pesquisa, que é de se constituir uma descrição temática de assuntos voltada ao contexto da ditadura militar a qual facilite acervos e coleções de documentos imagéticos a tratar suas documentações juntamente com outros objetos informacionais e metadados relacionados.

Por fim, a análise desse acervo contribui com o levantamento de dados históricos, revela casos da ditadura militar na universidade capixaba e permite compreender parte do aparelhamento governamental pelo qual passou a Ufes — principalmente no início da ditadura e na década de 1970, com as gestões de Máximo Borgo Filho e Manoel Ceciliano Salles de Almeida, em que visitas de

membros das Forças Armadas e de ministros militares tornaram-se recorrentes —, assim como permite expor uma faceta da Ufes, capitaneada por alunos e servidores, contrária ao arbítrio e em defesa da democracia e de maior abertura política.

Os ganhos para a Ufes, ao ter sua memória histórica difundida em meios digitais, incorrem no sentido de proteger o material físico de danos, de divulgar a história da Ufes com maior facilidade e de fortalecer a Ufes como instituição sólida no ensino e na pesquisa capixabas. Especificamente voltado ao período da ditadura militar, o acervo dos Reitores possibilita pesquisas em campos da História, da Sociologia, da Arquivologia, da Arte, da Arquitetura etc., e à sociedade maior democratização no acesso a materiais desse período, que, em suma, podem auxiliar na educação social e evitar que tempos sombrios de repressão voltem a surgir no cenário brasileiro.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Uma revisão de literatura abordando os cinco últimos anos (2017-2021) de trabalhos relacionados à utilização do *Dublin Core* em iniciativas voltadas ao patrimônio cultural (tais quais arquivos e bibliotecas, conforme ICOMOS (1985) indica) foi efetuada para demonstrar, num recorte específico, as possibilidades atuais de se lidar com esse padrão de metadados. Tal revisão é um recorte do estado da arte e não se pretende determinista no âmbito em questão. Trabalhos relacionados à ditadura militar e à descrição de acervos encontrados (como SODRÉ, 2016) não fazem parte do nosso recorte, pois é anterior a ele.

Sobre os artigos selecionados, é notória a preocupação em solucionar problemas relacionados à representação histórica, arquitetônica, arqueológica e de demais domínios de dados do patrimônio cultural (NOOR; *et al.* 2018). Apontam-se saídas direcionadas à criação de ontologias apoiadas à web-semântica e a padrões de metadados já estabelecidos — como o BIM (*Building Information Model*), utilizando apoio do *Dublin Core* e do CIDOC-CRM —, promovendo interligação entre diferentes padrões na tentativa de solucionar problemas relacionados à representação de dados patrimonialísticos.

Esse artigo busca promover uma solução para integrar, mapear e representar arquitetonicamente, historicamente e arqueologicamente dados do patrimônio cultural de acordo com padrões internacionais, em vez de desenvolver uma ontologia puramente independente e entende que, para isso, é necessário estender os padrões CIDOC-CRM e BIM para fornecer padronização e representação do patrimônio cultural, ao passo que compreende o enorme volume de dados do patrimônio cultural, a heterogeneidade de tais dados e a exigência de conhecimentos de diferentes domínios (NOOR; *et al.* 2018).

Considera-se, pela natureza interdisciplinar de tais dados, ainda, que os modelos e os padrões de representação de dados usados em cada domínio são distintos e a sobreposição destes, insuficiente (NOOR; *et al.* 2018).

A análise crítica de elementos de metadados é foco de alguns outros artigos, como em Dey e Jana (2018), Sugimoto *et al.* (2018) e Mandal (2021). Os primeiros analisam ao todo dez padrões de metadados, dentre eles o *Dublin Core*, de diversos domínios no intuito de elencar percentualmente quais elementos de metadados são mais comuns nos diferentes padrões e esquemas, sobre o que concluem apontando cinco elementos básicos (Finalidade, Status Atual, Descrição Física, Recursos e Breve Descrição), os quais devem ser incluídos ao descrever e recuperar informação em acervos do patrimônio cultural.

Já no artigo de Mandal (2021), os objetivos são identificar a relação dos itens do padrão de metadados *Dublin Core* juntamente a duas ontologias (*Bibliographic Ontology* – BIBO, *Friend of a Friend Vocabulary* – FOAF) e ao modelo conceitual FRBR em recursos patrimoniais; mostrar etapas práticas e técnicas para projetar relações entre itens de diferentes acervos/coleções; integrar o processo de diferentes vocabulários vinculados a metadados em interfaces usuário/administrador; e desenvolver a interface de entrada de dados para as relações de acervos/coleções e de itens.

Assim como a análise de elementos de metadados, a organização de acervos digitais por meio de modelos de metadados pode ser percebida no artigo de Sugimoto *et al.* (2018), em que os autores discutem, principalmente, os desafios em agregar metadados no domínio cultural; o desenvolvimento de modelos de metadados; as lições aprendidas com pesquisas em três domínios diferentes (desastres naturais, cultura pop japonesa e patrimônio cultural imaterial); e levantam discussões a fim de repensar modelos gerais de metadados como o princípio um-para-um (MILLER, 2010), o FRBR (IFLA, 2009) e o Perfil de Aplicação de Metadados do *Dublin Core* (NILSSON; BAKER; JOHNSTON, 2008), também conhecido pela sigla DCAP.

Quanto à descrição de fotografias, López-Castillo, Reducindo e Benita (2020) debatem como a heterogeneidade semântica impacta essa atividade, devido ao fato de pessoas diferentes descreverem fotografias de maneiras diferentes, e a utilização de mesmo termo semântico para descrever propriedades completamente diferentes. Essa diferença na descrição fica evidente, também,

ao se compararem a descrição produzida por humanos não especializados em descrição e a descrição produzida por ferramentas automatizadas.

Para chegar a isso, o estudo desses autores utilizou elementos do padrão de metadados *Dublin Core*, por meio de testes entre uma ferramenta automatizada *Deep Learning* — SegNet (BADRINARAYANAN; KENDALL; CIPOLLA, 2017) e pessoas especializadas em descrição de fotografias (um estudante de biblioteconomia em último período de graduação, o qual descreveu fotografias a partir de seu próprio critério; em segundo lugar, um estudante em último período de graduação em gestão de arquivos, que descreveu fotografias de acordo com um tesauro; em terceiro lugar, um especialista em biblioteca e gestão de sistemas de arquivo), os quais revelaram similaridade semântica na descrição de 24 fotografias, além de a descrição automatizada ser mais rápida na questão de tempo gasto para descrição, evidenciando possível eficiência da descrição automatizada. Os autores complementam que a descrição automatizada pode auxiliar na organização do conhecimento de repositórios digitais de fotografias, provendo pontos de acesso normalizados. Esse método também elimina ambiguidades na descrição produzidas por pessoas não especializadas em descrição (LÓPEZ-CASTILLO; REDUCINDO; BENITA, 2020).

Apesar de o intuito desta dissertação não ser necessariamente a recuperação e a encontrabilidade da informação trazem-se, também, para a discussão, artigos brasileiros que trabalham esses temas.

Os artigos de Marcondes e Souza (2018) e de Torino, Vidotti e Vechiato (2020), mesmo que tratem dessas temáticas, mostram-se importantes por abordarem, no caso do primeiro artigo, questões a respeito de acervos digitais voltados à memória e à cultura, bem como sistemas de vocabulários controlados (tesauros, listas de autoridades e lugares, tabelas de classificação etc.).

No caso do cenário brasileiro, apontam Marcondes e Souza (2018, p. 120) que seria importante para a “[...] integração de acervos digitais em Memória e Cultura: um vocabulário de períodos históricos, em especial, da história do Brasil, um vocabulário geográfico com locais do Brasil ou a inclusão de coordenadas

geográficas, um vocabulário temático [...]” — proposta de extrema importância para acervos memorialísticos.

O segundo artigo traz definições sobre os metadados e como eles são utilizados em padrões de metadados, como no *Dublin Core*, por exemplo. Torino, Vidotti e Vechiato (2020, p. 442) elucidam que

Os metadados são compostos por atributos codificados (elementos) e campo de valor. Dessa forma, a partir de padrões internacionalmente aceitos, podem ser estabelecidas estruturas de metadados compostas por diferentes atributos e seus campos de valor, para representar os recursos, atentando-se às características e especificidades do domínio e do recurso.

Ainda sobre o *Dublin Core*, apoiando-se em Baptista e Machado (2001), as autoras indicam que o DC “[...] já se constituía em uma norma para a internet e que, independente do padrão escolhido, o uso de metadados na *web* é fundamental.” (TORINO; VIDOTTI; VECHIATO, 2020, p. 450). Verifica-se, assim, que

[...] independente do domínio, é imprescindível que os dados disponibilizados sejam compreensíveis, seja por humanos ou por agentes computacionais, destacando-se a necessidade do uso de metadados apoiados em padrões existentes, utilizando vocabulários normalizados, bem como a disponibilização livre de erros de sintaxe. (TORINO; VIDOTTI; VECHIATO, 2020, p. 443).

Quanto às contribuições da adoção de padrões de metadados, Torino; Vidotti; Vechiato (2020, p. 451-452) destacam:

- a) a adoção de padrões internacionalmente aceitos beneficia a utilização por humanos e agentes computacionais;
- b) são utilizados para a representação da informação e, portanto, capazes de expressar inclusive o seu contexto;
- c) atuam como pontos de acesso e relacionamento entre diferentes recursos informacionais;
- d) são facilmente legíveis por máquinas, interoperáveis e passíveis de reuso;
- e) utilizam linguagem de marcação (XML, RDF);
- f) alguns elementos de metadados podem se constituir em *affordances* para mecanismos de busca, no contexto da *web* semântica e da inteligência artificial;
- g) favorecem a estrutura da interface, sobretudo nas taxonomias navegacionais;

h) permitem o estabelecimento de relacionamentos estruturais dentro de um objeto e entre diferentes objetos;

i) facilitam a ligação, utilizando enriquecimento semântico, ampliando as possibilidades de recuperação da informação e de descoberta acidental de informações;

j) ampliam as possibilidades de encontrabilidade da informação ou descoberta acidental de informações por diferentes fontes a partir da disponibilização, considerando a coleta por *crawlers*, a interoperabilidade e a ligação semântica.

Os conteúdos imagéticos, podendo ser eles documentos fotográficos, são objetos sociais de comunicação e geram conhecimento — evidências dessa afirmação podem ser encontradas em Rodrigues (2018) —. Desmistificando e evitando falsas hierarquizações referentes a tipologias documentais, o artigo advoga em prol do documento fotográfico e de técnicas a serem privilegiadas ao se descreverem imagens. Esse estudo direciona entendimentos a respeito da descrição em fotografias, sendo que tais entendimentos mostram-se atrelados à preocupação em se utilizarem descritores espaciais, temporais e de dimensões administrativas, além de termos que permitem perceber bases semânticas de caráter mais técnico que sejam capazes de dar maior contexto às fotografias.

Fazem, ainda, parte dessa revisão de literatura a tese de doutorado de Di Pietro (2019) e o artigo de Passarin e Karpinski (2019), já que ambos aproximam-se em muito do pretendido nesta pesquisa. Com enfoque em documentos fotográficos relacionados à violação de direitos humanos na ditadura militar na América Latina, a autora discute a importância do contexto para a manutenção do caráter probatório da fotografia.

A autora faz uma análise de fotografias utilizando alguns fundos de arquivo no Brasil, Chile e Argentina. A análise baseia-se em eixos relativos ao contexto arquivístico (quem, quando, por quê, série, fundo/coleção), ao contexto histórico (momento histórico, valor simbólico), às informações técnicas (informações técnicas), aos dados informativos (visuais e temáticos [momento, elementos visuais, descrição informativa, autor, temas]), ao resumo de vida do documento e ao reuso da imagem.

Outra contribuição bem próxima ao proposto nesta dissertação pode ser encontrada no artigo de Passarin e Karpinski (2019), ao tratarem do processo de organização, de gestão e de disponibilização do acervo do projeto Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É um projeto que relata ações em um acervo digital, formado por documentação da Comissão da Verdade da UFSC, e do acervo do Memorial de Direitos Humanos (MDH), no qual se destacam a preservação do patrimônio cultural, a democratização de acesso a documentos públicos e a mediação da tecnologia na organização da informação por meio do processo de organização e digitalização.

A produção de modelos de metadados cresceu imensamente, fazendo do século 21 um marco na produção de modelos, esquemas e manuais de metadados para vários objetos, o que torna muito difícil determinar todos os esquemas existentes, como apontam Das e Sutradhar (2018). Mesmo assim, a viabilidade de uso de padrões de metadados para a descrição de acervos e de coleções do patrimônio cultural tem sido estudada em diversas frentes e diferentes espaços de produção e disseminação de objetos culturais.

A revisão de literatura em questão não ambicionou reduzir as temáticas abordadas a categorias estanques; visou, entretanto, trazer à tona uma maneira de evidenciar trabalhos que estejam discutindo a descrição e a representação temática, bem como outros assuntos relacionados, no eixo das discussões de acervos do patrimônio cultural, com maior enfoque àqueles que utilizem o padrão de metadados *Dublin Core* e àqueles que se dispusessem a discutir a organização e a representação de acervos da ditadura militar, em específico.

A pluralidade de gêneros textuais pode expressar certa abrangência na publicização de trabalhos em diferentes níveis de abstração, seja para relatar pesquisas em andamento, trabalhos concluídos, outros com foco em maior apreensão de conceitos, trabalhos que buscam a viabilidade de utilização de ferramentas descritivas, revisar eventos e outras obras.

A revisão de literatura aqui apresentada propõe visualizar a área de patrimônio cultural nos eixos relativos à descrição de acervos fotográficos e, para isso,

mostrou-se necessário adentrar assuntos intimamente relacionados, como vocabulários controlados, metadados, padrões de metadados, descrição, organização e representação. Essa revisão é um recorte dos últimos cinco anos de produções dentro de uma base de dados em específico e não almeja resumir toda a área de acervos do patrimônio cultural.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

3.1 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ÊNFASE NA REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DE DOCUMENTOS

A Organização e Representação da Informação, pelo viés da Ciência da Informação, assumem características ligadas à identificação, à classificação e à descrição de objetos informacionais e, por vezes, tais ações podem ser reconhecidas no chamado processo de tratamento da informação.

Nos arquivos, de acordo com Vital, Medeiros e Bräscher (2017), os processos de organização e representação da informação podem ser percebidos com melhor eficiência em atividades de classificação e de descrição arquivísticas, apontando planos de classificação como instrumentos de representação da realidade institucional que virão a fornecer elementos importantes (podem-se considerar aqui, os metadados como tais elementos) para o processo de descrição.

Essa maneira de analisar a informação, porém, tem como base a organização do conhecimento. O termo foi utilizado primeiramente por Henry Evelyn Bliss, que também concebeu a Organização do Conhecimento como um campo autônomo no campo científico com as obras *The Organization of Knowledge and the Sciences* (1929) e *Organization of Knowledge in Libraries and the Subjects Approach to Books* (1933) (LINDEN, 2017).

Barité considera como objeto de estudo da Organização do Conhecimento

[...] o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científicas, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento

disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e Documentação. (2001, p. 41).

Dahlberg (1993), por sua vez, estabelece que a Organização do Conhecimento deve se pautar, em seu caráter de fundamentação teórica, na teoria dos conceitos, algo com que Linden (2017, p. 20) corrobora ao salientar que a Organização do Conhecimento “[...] deve se sistematizar segundo unidades do conhecimento (conceitos) e seus elementos de conhecimento (características).”

Já a Organização da Informação estabelece-se “[...] como um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos documentos e tem como produto a representação da informação, que são os elementos descritivos de um objeto.” (LINDEN, 2017, p. 20). É, então, por meio da estruturação dos elementos de organização do conhecimento que incidirá o principal objetivo da Organização da Informação: a recuperação e o acesso à informação (LINDEN, 2017).

A Representação da Informação, de acordo com Linden (2017), materializa-se nos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), desenvolvidos para auxiliar em processos de gestão e de recuperação do conhecimento registrado com destaque para os vocabulários controlados, como os tesauros e as ontologias, por exemplo.

Para se alcançar a representação da informação, é necessária a descrição dos objetos informacionais. Essa descrição, de acordo com Brascher e Café (2008, p. 5), admite duas formas: descrição física, focada no suporte da informação; e descrição de conteúdo, focada no conhecimento registrado no suporte.

A descrição, num viés arquivístico, “[...] significa escrever sobre materiais de arquivo, e abrange as ideias de representação, identificação e organização.” (DURANTI, 1993, tradução nossa). Llanes Padrón (2016) apud Lehmkuhl *et al.* (2019) distingue a descrição na arquivística em dois momentos: o primeiro deles está relacionado com a criação de instrumentos de pesquisa (guias, inventários, glossários etc.); e, no segundo deles, num viés mais pós-moderno da arquivística, a descrição está relacionada com a representação da informação,

adentrando os documentos digitais e se preocupando com a manutenção da evidência destes.

O tratamento da informação permite a separação entre o tratamento descritivo e temático, que pode ser compreendido, na visão de Fujita, Rubi e Boccatto (2009, p. 22) como se seguem:

O tratamento descritivo refere-se propriamente à catalogação, ou seja, à representação descritiva da forma física do documento (autor, título, edição, casa editora, data, número de páginas etc.). Já o tratamento temático, em bibliotecas, diz respeito ao assunto tratado no documento, ou seja, compreende a análise documental como área teórica e metodológica que abrange as atividades de classificação, elaboração de resumos, indexação e catalogação de assunto, considerando as diferentes finalidades de recuperação da informação.

A representação temática, presente no processo de Organização e Representação da Informação, ocorre junto à descrição arquivística, que consiste em manter o foco no contexto de produção e realizar análise minuciosa dos conjuntos documentais (VITAL, 2017).

A representação temática, na Ciência da Informação, recorre a uma descrição pragmática dos documentos (MAIMONE; GRACIOSO, 2007), porém, conforme descreve Smit (1987, p. 103)

Os tesouros adequados para analisar documentos escritos, dificilmente serão utilizados para analisar documentos icônicos, pela simples razão que estes demandam um número relativamente maior de termos concretos. Não há imagens de 'agricultura' ou de 'racismo', há plantações de soja ou milho, há cartazes em cima de portas com dizeres do tipo for onsi ons.

De acordo com o ICA (*Internacional Council on Archives*), em seu modelo conceitual ainda em desenvolvimento, no RiC-CM (*Records in context: a conceptual model for archival description*), composto por 14 entidades básicas, a representação temática é percebida na entidade *Concept/Thing*, entendida como "Qualquer ideia ou noção, objeto material, ou evento ou ocorrência que pode ser associada com, ou em alguns casos, ser o assunto de outras entidades." (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA, 2016, p.18, tradução nossa). Inserem-se, ainda, nessa definição pontos como: conceitos

abstratos; cultural, movimentos, períodos e eventos nomeados; coisas nomeadas, objetos e obras; figuras lendárias, míticas ou fictícias, personagens ou seres (VITAL, 2017).

Encontra-se, em VALLE-GASTAMINZA (1999), a demonstração de uma forma de averiguar o conteúdo presente em fotografias por meio da aplicação dos Cinco W. Essa forma de indagar a fotografia como maneira de extrair informações necessárias para sua representação considera que uma informação só pode ser completa caso ela responda a perguntas do tipo: a) Quem aparece na fotografia? B) Que situação ou que objeto está representado pela fotografia? C) Onde se produziu a fotografia? D) Quando foi produzida a fotografia? E) Por que isso aconteceu?

Maimone e Gracioso (2007, não paginada), corroborando com Vital (2017), destacam que “[...] é importante que o indexador de imagens tenha conhecimento suficiente sobre o autor e a obra para poder realizar uma indexação adequada e correta.”, assim como destacam ser imprescindível que o profissional incumbido a representar objetos informacionais recorra a interpretações pessoais, pois, mesmo que se use uma metodologia específica, existe uma amplitude de assuntos expressos nos objetos informacionais que possibilita a conexão dos mesmos com a seleção de termos que os interliguem (MAIMONE; GRACIOSO, 2007).

O *Cataloging Cultural Objects* (CCO), um guia de descrição de objetos culturais, considera que catalogadores podem passar por três níveis de compreensão do objeto informacional: descrição, identificação e interpretação, definindo-os da seguinte maneira:

O primeiro nível – descrição – refere-se a elementos genéricos representados na/ou pela obra (por exemplo, homem). O segundo nível – identificação – refere-se a um assunto específico, incluindo assuntos mitológicos, fictícios, religiosos ou históricos (por exemplo, George Washington). O terceiro nível – interpretação – refere-se aos significados ou temas representados pelos sujeitos e inclui uma análise conceitual do que trata o trabalho (por exemplo, poder político). (CATALOGING CULTURAL OBJECTS, 2006, p. 208, tradução nossa)

Tal guia aponta que poucas publicações têm sido desenvolvidas para solucionar problemas relacionados à questão da descrição de dados e metadados na área cultural, principalmente, quando tais objetos possuem critérios descritivos únicos e por vezes, idiossincráticos.

Pensando em solucionar tais lacunas, o CCO objetiva propor “[...] diretrizes para selecionar, ordenar e formatar dados usados para preencher elementos de metadados em um registro de catálogo [...]” (CATALOGING CULTURAL OBJECTS, 2006, p. 12, tradução nossa), promovendo boa catalogação descritiva, documentação compartilhada e melhorias no acesso.

Utilizando-se de procedimentos menos rígidos que outras regras de catalogação, o CCO almeja, a princípios de boa catalogação e documentação, que se permita a implementação de sistemas informatizados do patrimônio cultural, a fim de corroborar o acesso de informações culturais.

A representação descritiva, por sua vez, voltada à forma física do documento e, por consequência, atrelada ao suporte documental, admite forte viés arquivístico. Nesse sentido, Simionato (2015, p. 79) aponta que “[...] a descrição arquivística possui os dois objetivos principais: a garantia de acesso e controle aos documentos, sendo estes objetivos que conjugam ao processo descritivo desde a gênese do documento até a sua destinação final.” Algo que pode ser percebido, em partes, também em Heredia Herrera (1991, p. 301, tradução nossa): “A descrição arquivística persegue dois objetivos: dar informação aos demais e facilitar o controle do arquivista”.

Malverdes (2015) assinala não ser possível o acesso à documentação sem a devida descrição e, utilizando do pensamento de Oliveira, considera a descrição como processo de pesquisa que tem, por objetivo, produzir conhecimento sobre o acervo. Oliveira (2012, p. 60), em relação à descrição arquivística, considera-a como

[...] uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu

acesso. Como todo trabalho de pesquisa, seus resultados podem e devem ser divulgados, e nesse caso por meio da publicação de inventário, catálogos, glossários, biografias, base de dados. Porém não só os produtos devem ser divulgados, mas também as decisões metodológicas e os processos de pesquisa, uma vez que integram a produção de conhecimento sobre o arquivo.

Malverdes (2015) assinala não ser possível o acesso à documentação sem a devida descrição e, utilizando do pensamento de Oliveira, considera a descrição como processo de pesquisa que tem, por objetivo, produzir conhecimento sobre o acervo. Oliveira (2012, p. 60), em relação à descrição arquivística, considera-a como

[...] uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre um determinado arquivo e o seu acesso. Como todo trabalho de pesquisa, seus resultados podem e devem ser divulgados, e nesse caso por meio da publicação de inventário, catálogos, glossários, biografias, base de dados. Porém não só os produtos devem ser divulgados, mas também as decisões metodológicas e os processos de pesquisa, uma vez que integram a produção de conhecimento sobre o arquivo.

Encontra-se, em Malverdes (2015, p. 108), um conjunto de princípios importantes para a descrição de documentos arquivísticos. São eles:

- A descrição arquivística baseia-se no respeito pela proveniência, ou seja, a relação entre os documentos de arquivo e as pessoas (coletivas ou singulares) e famílias que os produziram, acumularam e/ou conservaram e os utilizaram no decurso das suas atividades, bem como no respeito pela ordem original;
- A descrição arquivística é um reflexo da organização da documentação;
- A organização da documentação de arquivo estrutura-se em níveis hierárquicos, relacionados entre si;
- Os níveis de descrição são determinados pelos níveis de organização;
- A descrição arquivística aplica-se a toda documentação de arquivo, independentemente da sua forma e suporte;

- A descrição arquivística aplica-se a todas as fases de vida da documentação de arquivo, podendo variar apenas os elementos de informação considerados na descrição e a exaustividade com que são preenchidos;
- A descrição arquivística aplica-se igualmente a toda documentação de arquivo, independentemente de ser produzida por uma pessoa jurídica, uma pessoa física ou por uma família.

Conforme Smit (2018, p. 49), “A descrição, em suma, é uma operação que visa produzir representantes dos documentos, representantes sintéticos que os identificam e os distinguem em relação ao conjunto produzido [...]”. Assim, a descrição pode ser utilizada mediante linguagens documentárias, vocabulários controlados e registros de autoridade, por exemplo.

A descrição pode ser utilizada mediante linguagens documentárias, vocabulários controlados e registros de autoridade, por exemplo. Linguagens documentárias são linguagens estruturadas que possuem como foco a recuperação da informação e, por vezes, estão relacionadas aos tesouros, apoiando a classificação de itens bibliográficos (CAMPOS, 1986; CINTRA *et al.* 1994). Tais linguagens auxiliam “[...] a codificação ou a transformação do conhecimento em informação.” (BELUCHE, 2009, p. 116).

De acordo com Cintra *et al.* (1994, p. 30-31), “As LDs mais consistentes para a representação documentária dispõem de um vocabulário que integra, de um lado elementos da linguagem de especialidade e das terminologias e, de outro, da LN que é a linguagem dos usuários.”. A sigla LN, nesse contexto, está relacionada à linguagem natural.

Cintra *et al.* (2002, p. 16-17) destaca que “[...] compete às LDs transformar estoques de conhecimento em informações adequadas aos diferentes segmentos sociais”. A mesma autora destaca que as linguagens documentárias, assim como a linguagem natural, “[...] são sistemas simbólicos instituídos que visam a facilitar a comunicação. Sua função comunicativa, entretanto, é restrita

a contextos documentários, ou seja, as LDs devem tornar possível a comunicação do usuário-sistema.” (CINTRA *et al.*, 2002, p. 34).

Beluche (2008) destaca dois pontos pertinentes para as linguagens documentárias: o primeiro é uma função estritamente informativa; e o segundo é a polissemia e a plurissignificação criarem prejuízos em relação à indexação e à recuperação da informação. Para tentar solucionar tais problemas, surgem as tentativas de construir vocabulários controlados que lidem de maneira qualificada com as questões semânticas produzidas pelas linguagens naturais.

Quanto aos vocabulários controlados, Smit e Kobashi (2003) apontam a capacidade desses de organizar e de recuperar documentos/informações, gerando confiança nos sistemas de organização. Ilustrativamente, os vocabulários controlados tornam-se importantes à organização informacional por evitar que o mesmo item seja descrito de diferentes maneiras, evitando também que a descrição não seja feita de maneira indiscriminada, não gere redundância e permita a recuperação e acesso eficientes.

As autoras distinguem um ponto de extrema importância quanto à utilização dos vocabulários controlados em arquivos de guarda permanente. Nesse caso, por — não necessariamente — haver uma relação clara entre o produtor da documentação e o agente de descrição, o vocabulário poderá incorrer em

[...] questões diacrônicas complexas: a mesma função, ou atividade, com o passar do tempo pode ser nomeada de formas diferentes. Acresce a essa dificuldade uma outra, de mesma natureza: a linguagem utilizada pelo pesquisador, que vem ao arquivo em busca de documentos, também representa uma diferença em relação à linguagem presente nos documentos, tornando a fixação do vocabulário ainda mais difícil. A elaboração de índices (onomásticos, geográficos, de assuntos, etc.) em instrumentos de pesquisa pressupõe igualmente o controle de vocabulário. (SMIT; KOBASHI, 2008, p. 16).

Uma outra faceta de instrumentos de representação são os registros de autoridade. Utilizados em registros bibliográficos, para a Biblioteconomia, estes estão relacionados com o controle de nomes para pessoas, organizações, lugares, títulos e assuntos (LLANES PADRÓN; FUJITA; BASTOS, 2014), assim

como estão relacionados aos pontos de acesso que auxiliarão a recuperação da informação em sistemas informatizados.

Os arquivos de autoridade são referenciados por diversas normas. Na Biblioteconomia pode se observar a *Guidelines for Authority Records and References* (GARR) – segunda edição da *Guidelines for Authority and Reference Entries* (GARE) –, da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) (2009). A GARR tem como escopo “[...] especificar requisitos para a exibição de informações relativas a cabeçalhos autorizados e a referências em listas de autoridades, sejam em materiais impressos ou eletrônicos.” (LLANES PADRÓN; FUJITA; BASTOS, 2014, p. 662). No âmbito de apresentação de registros digitais a GARR se reflete na composição de formatos de autoridades, podendo ser identificada no formato *Machinal Readable Cataloging 21* (MARC 21) (LLANES PADRÓN; FUJITA; BASTOS, 2014).

No âmbito da Arquivologia, o registro de autoridade é estabelecido no princípio da descrição arquivística e em sua normalização (LLANES PADRÓN; FUJITA; BASTOS, 2014). Os registros de autoridade, nos arquivos, vão auxiliar na descrição dos produtores, principalmente. Entende-se como “produtor” uma entidade arquivística composta por qualquer aquele que crie, produza, gereencie e conserve os documentos no desenvolvimento de sua atividade pessoal ou institucional (ISAAR (CPF), 2004; LLANES PADRÓN; FUJITA; BASTOS, 2014), subdividindo-se em “instituições”, “pessoas” e “famílias”.

A *International Standard Archival Authority Record (Corporate Bodies, Persons, Families)* — ISAAR (CPF) — configura-se como norma de descrição e de redação de registros de autoridades. Apesar de ter semelhanças com outra norma arquivística — a saber, Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), e sua representante brasileira, Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) —, a ISAAR (CPF) “[...] foi concebida para criar um registro de autoridade separado, mas ligado à descrição normalizada, conforme a ISAD(G) [...]” (SOUZA; RONCAGLIO, 2018, p. 335).

Dessa forma, descrevem-se os objetos informacionais e se cria o registro de autoridade voltado ao contexto do produtor em separado. Essa forma de tratar a informação arquivística evita que mudanças na descrição de campos do produtor impactem na descrição de fundos, séries, dossiês e documentos relacionados a este produtor (DOHERTY, 2004; SOUZA; RONCAGLIO, 2018).

Quanto aos usuários, as vantagens em manter o registro de autoridade em separado da descrição dos documentos podem estar destacadas em identificar diferentes formas de redigir o nome do produtor, assim como descrever a história deste, os locais por onde passou e influenciou, as funções, ocupações e atividades que exerceu, os relacionamentos que estabeleceu com outras entidades, bem como relatar tais processos gera riqueza inestimável à pesquisa (DOHERTY, 2004; COOK, 2007; CUNNINGHAM, 2007, OLIVEIRA, 2010; SOUZA; RONCAGLIO, 2018).

Na mesma esfera, os vocabulários controlados auxiliam no controle de termos a serem utilizados para se referenciar a objetos digitais, permitem o reconhecimento de contextos significativos da informação e sua inscrição em domínios de conhecimento (BAKER *et al.*, 2003; ZENG, 2019; SIMÕES; LIMA, 2020). Em suma, os vocabulários controlados funcionam como uma lista de termos autorizados previamente atribuídos por instituições a fim de restringir a forma como descrever documentos (LANCASTER, 1993; SILVA, 2008).

Quanto à suas funções, o vocabulário controlado pode controlar sinônimos, através de termos padrões com notas remissivas para sinônimos; diferenciar homógrafos (palavras com escrita igual e sentidos diferentes); e agrupar termos que apresentem relações próximas (relações hierárquicas/não hierárquicas) (SILVA, 2008).

No escopo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, Silva (2008) indica os esquemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assunto, os tesauros e as taxonomias como instrumentos para concepção de vocabulários controlados que incluem análise semântica das palavras. Silva (2008) ainda considera tais instrumentos capazes de subsidiar a representação de conteúdos,

facilitar a busca e recuperar a informação. Os vocabulários controlados dividem-se em

- a) esquemas de classificação bibliográfica: focados na organização e localização de materiais informacionais e de conteúdos em bibliotecas e centros de informação, os esquemas de classificação bibliográfica mais conhecidos ficam a cargo da Classificação Decimal de Dewey (CDD), da Classificação Decimal Universal (CDU), da *Library of Congress Classification* e da *Rider's International Classification*;
- b) listas de cabeçalhos de assunto: formadas por conjuntos de palavras que representam o assunto do documento (SILVA, 2008), são uma forma de organizar a informação baseada no assunto e têm por característica que seus elementos integrantes assumem significados quando formam um dado contexto (SILVA, 2008). De acordo com Campos *et al.* (2002), essa característica impede a representação da informação e não se torna eficaz quanto às necessidades dos usuários em recuperar informações;
- c) tesouros: visando solucionar as fragilidades das listas de cabeçalhos por assunto, os tesouros surgem como alternativa, porque se utilizam de uma abordagem mais completa, sendo um instrumento de termos controlados que admite tanto o conteúdo quanto a forma dos documentos. Na Ciência da Informação, os propósitos dos tesouros estão voltados a recuperar informação em instituições que possuam documentos especializados (SILVA, 2008). Outras definições de tesouros definem-nos como vocabulários controlados relacionados à semântica e genericamente, como dispositivos de controle terminológico (UNESCO, 1973); vocabulário controlado organizado em ordem conhecida, com relações de equivalência, hierarquia e associação (ANSI/NISO Z39-19-1993); e linguagem documentária composta por termos relacionados entre si sintática e semanticamente (CURRÁS, 1993)

d) taxonomias: elas se destacam, principalmente, por organizarem informações hierarquicamente, tendo como prioridade a identificação de entidades (VICKERY, 1980; SILVA, 2008). Por isso, são fortemente utilizadas na construção de ambientes digitais (portais *on-line*, bibliotecas digitais, intranets, extranets etc.). Têm como funções principais auxiliar na escolha de filtros em buscas em bancos de dados; ajudar em buscas de informação e como usar a informação; ajudar na navegação em sistemas hipermídia; possibilitar terminologia padrão; e facilitar o compartilhamento de informação e conhecimento (GILCHRIST, 2003; SILVA, 2008).

3.1.1 Metadados

Gilliland (2008, p. 1) observa que a criação e o gerenciamento de metadados foram, principalmente, responsabilidades de profissionais da informação ligados à catalogação, à classificação e à indexação por mais de um século e, com muito mais ênfase, à medida que foram se desenvolvendo os primeiros padrões descritivos nacionais e internacionais. Porém, o aumento da inserção de recursos informacionais *on-line* por meio do público em geral promoveu uma nova realidade para os metadados.

Mesmo que a população em geral não tenha total controle sobre o conceito relativo aos metadados, com o consumo cada vez maior de conteúdo digital, ela aprendeu a lidar com as ferramentas digitais e, hoje, a população é capaz de criar, explorar e avaliar metadados fornecidos por outros usuários por meio de descrições e *tags* de palavras-chave para páginas da *Web* (Gilliland, 2008). Assim, informações *on-line* passam a ter maior autenticidade por meio de checagem de proveniência, além de se selecionarem, com maior qualidade, informações confiáveis e de se gerarem comunidades colaborativas na tentativa de qualificar metadados e informações.

Para Gilliland (2008, p. 3), o termo metadado, para profissionais de instituições de memória, está relacionado às “informações de valor agregado que eles criam para organizar, descrever, rastrear e, de outra forma, aprimorar o acesso a

objetos de informação e aos itens físicos e coleções relacionadas a esses objetos.”

A produção de metadados tem como finalidade promover acesso intelectual e físico a objetos em instituições. No caso de objetos de bibliotecas, observa-se a utilização de regras de catalogação para a criação de metadados em índices, resumos e registros bibliográficos (GILLILAND, 2008). Algumas regras de catalogação mais comuns são a *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR) e a *Resource Description and Access* (RDA), além do padrão de dados estruturados no formato MARC (*Machine-Readable Cataloging*) e o BIBLIFRAME (*Bibliographic Framework*) aliados aos padrões de valor de dados como *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e o *Getty's Art & Architecture Thesaurus* (AAT) (GILLILAND, 2008).

Quanto à catalogação, na perspectiva do tratamento da informação, Simões e Lima (2020, p. 98-99) destacam que a catalogação está relacionada à análise do recurso informacional e do conhecimento de instrumentos (apropriações e usos), que permita representar dados inerentes, explícitos e implícitos, em processos de busca e recuperação por metadados.

A catalogação é concebida, assim, como

[...] atividade fundamental para o estabelecimento do processo comunicativo nos catálogos de instituições de patrimônio cultural tendo em vista a ponte a ser consolidada entre os recursos de que tais unidades dispõem e os usuários ou grupos ou outras instituições a serem atendidas em suas necessidades informacionais. [...] A representação documental requer, portanto, conhecimento do público a que se destina, das especificidades do gênero e do formato dos recursos informacionais, e dos padrões, métodos e instrumentos a serem utilizados. (ZAFALON, 2017, p. 131-132).

De maneira a delimitar seu objetivo, a catalogação tem por finalidade a busca, a recuperação e o acesso de documentos por meio da elaboração de metadados. Como forma de relacionar a catalogação aos metadados, esta é inicialmente consolidada como processo mental e, a partir de metadados, em um produto (SIMÕES; LIMA, 2020). Em outras palavras, os metadados auxiliam a produção de produtos ligados à catalogação em instituições de patrimônio cultural.

Num aspecto representativo, surgem, dessa relação, registros simbólicos que se constituem em “imagem” de objetos de memória ausentes. Tais registros são capazes de figurar e emular esses objetos de memória. Ou, nas palavras das autoras, “O uso de metadados na catalogação consolida a representação simbólica de um objeto remetendo-o a ele de modo simbólico” (SIMÕES; LIMA, 2020, p. 19).

Dentro de instituições, as autoras verificam certas particularidades relativas à catalogação e ao uso de metadados. Elas apontam que instituições que valorizam mais métodos de catalogação do que usos ou reúsos de metadados podem não ter tanto sucesso no compartilhamento dos metadados criados. Em oposição, porém, assinalam que instituições que se preocupam com os usos e reúsos de metadados, mesmo que com pouco detalhamento, recorrendo a métodos delimitados, podem ter bons resultados relacionados a questões de interoperabilidade de registros com outras instituições (SIMÕES; LIMA, 2020, p. 103).

3.2 ACERVOS, HISTÓRIA E MEMÓRIA

O fato histórico é uma construção do historiador (LE GOFF, 1988), podendo ser afirmado ou refutado por outras gerações de pesquisadores com base na descoberta de novos documentos, com a utilização de novos métodos de análise documental ou de fontes antes não abordadas. Dentro desse esforço por compreender pessoas, relações sociais e acontecimentos, o tempo é, por importância, uma peça fundamental para os estudos históricos.

Desse modo, todo documento é fruto de uma escolha e de uma possibilidade, quer seja quais documentos serão utilizados na interpretação de determinado fato histórico por parte de historiadores, ou não, dentro de um processo de pesquisa — escolha, por conta de toda pesquisa demandar decisões entre quais acervos servirão de base para pesquisar, e possibilidade, por entender que arquivos históricos são passíveis de ações políticas que possa mantê-los em

graus de sigilo a que não se permita o acesso —. Entretanto, isso não desabona a história como ciência. Pelo contrário, promove “êxitos no desmascaramento e na denúncia das mistificações e das falsificações da história” (LE GOFF, 1988, p. 7).

Rodrigues e Silva (2001, p. 180), ao apontarem o papel das instituições arquivísticas na luta pela recuperação da memória documental do regime civil-militar, destacam o quão paradoxal podem ser os arquivos. Segundo as autoras,

Ao mesmo tempo em que são depositários de uma certa memória seletiva, os arquivos tanto podem, de fato, legitimar um determinado recorte na memória de um país, como podem ser um elemento desestabilizador dessa memória eleita, dando voz àqueles que se pretendia esquecidos para sempre.

Recorrendo a Chartier (1993, p.19), “[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é.” No âmbito das representações, portanto, surge a possibilidade de evocar, nesse acervo fotográfico dos reitores da Ufes, fragmentos de memória institucional e social que, se não remontam a totalidade desse período histórico, possam ser capazes de fornecer evidências e informações sobre tal período.

A memória é, de acordo com Moraes (2005), “um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes.” Como forma de saber e de metodologia de conhecimento, a memória social é reconhecida como resistência social, capaz de consolidar identidades e cidadania de grupos excluídos (MORAES, 2005).

Pierre Nora (2009, p. 6) corrobora com esse pensamento ao apontar que

[...] estamos experimentando a emergência da memória (...) é como uma onda de recordação que se espalhou através do mundo e que, em toda a parte, liga firmemente a lealdade ao passado – real ou imaginário – e a sensação de pertencimento, consciência coletiva e autoconsciência. Memória e identidade.

O documento arquivístico, por registrar memórias, é considerado, para esta pesquisa, também, como mecanismo de consolidar identidades e cidadania de grupos excluídos, como diz Cloonan (2016, p. 111): “Memória é processo e os documentos são seus produtos. Dito de outra maneira, a memória habita os documentos escritos, as artes, as construções e todas as formas de patrimônio”.

3.3 A REPRESENTAÇÃO PRESENTE NA FOTOGRAFIA

Segundo Keim (1971, p. 64; apud KOSSOY, 1989, p. 28), quanto à fotografia, o autor estabelece que “se é possível recuperar a vida passada – primeira realidade – e se temos, através da fotografia, uma nova prova de sua existência, há na imagem uma nova realidade, passada, limitada, transposta.” No momento em que a fotografia é produzida, nasce dela uma realidade limitada e que, portanto, deve ser interpretada como parte de um esquema, não como a completude dele. Desse fato, é necessária a compreensão do espaço da fotografia na análise do acervo dos reitores, sem diminuí-la como documento histórico e social, mas também sem torná-la representação totalizante do período ditatorial.

Toda fotografia é uma representação estática de um dado momento e contribui para a representação histórica e é criada para registro e tem em si o valor intrínseco de prova e fidedignidade. Portanto, é necessário considerá-la como um documento arquivístico e, como tal, deve receber o mesmo cuidado que os demais documentos arquivísticos.

Para conceituar a fotografia como documento arquivístico, assim como identificar caminhos possíveis para a descrição do acervo em questão, recorre-se à tese de André Malverdes (2015). Essa escolha justifica-se devido ao fato de essa tese estar endereçada a acervos capixabas, assim como de ela relatar, de maneira superficial, o acervo fotográfico dos reitores da Ufes.

O aprofundamento proposto aqui nesta pesquisa corroborará no reconhecimento do valor documental da fotografia, já iniciado por iniciativas como a de

Malverdes, que proporcionam o reconhecimento desses acervos como patrimônio documental capixaba.

Entendendo a ideia de que a fotografia é imbuída de representações de momentos específicos e possuidora de um certo nível de memória, é preciso avançar para o caráter arquivístico que tais materiais podem adquirir. Ao se discutir a fotografia como documento por um viés arquivístico, entende-se que “[...] o significado de um documento fotográfico não está no conteúdo ou na forma, mas no contexto da criação de documentos.” (MALVERDES, 2015, p. 45).

Assim sendo, ao analisar o acervo fotográfico dos reitores da Ufes, notam-se características únicas que fazem com que as fotografias sejam consideradas documentos arquivísticos. Duranti (1996, p. 27) considera documento de arquivo aquele que é “criado ou recebido por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de uma atividade prática”.

Ao analisar o contexto de criação das fotografias no acervo em questão, percebe-se que elas são fontes de registros de atividades inerentes às comuns da função de reitor àquela época, como a assinatura de acordos e convênios; a presença em eventos e reuniões; as visitas de autoridades militares; dentre tantas outras situações registradas em fotografias por todos os anos da ditadura civil-militar.

Ao pensar sobre os acervos, especialmente os acervos de fotografias, Malverdes (2015, p. 41) destaca que esses se configuram

[...] a partir da produção documental, só podendo ser entendido como conjunto a partir de atividades que o transformaram num todo, constituindo um corpus. Nesse contexto, devemos repensar a natureza, produção e o propósito de fotografias como documentos, a fim de alcançar uma compreensão contextual do seu uso no âmbito dos governos, dos negócios e dos indivíduos (sic) para transmitir a política do governo, comunicar propostas corporativas, construir identidade nacional, a forma de memória coletiva, estabelecer espaço simbólico e definir conceitos de si e a premissa central cultural do outro.

Compreendendo que a fotografia é um documento arquivístico e, por assim dizer, investida de valor histórico-social, ela está relacionada com a manutenção da

memória social e institucional. Como aponta Malverdes (2015, p. 36), “[...] a imagem fotográfica exerce um importante papel na transmissão, conservação e visualização das atividades políticas, sociais, científicas ou culturais da humanidade, de tal maneira que se configura em verdadeiro documento social.”.

4 METODOLOGIA

4.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa numa perspectiva exploratória e descritiva do fenômeno de produção de dados e metadados inerentes a um acervo arquivístico, iconográfico e de caráter histórico, assim como, visto seus procedimentos de tratamento em documentos arquivísticos, caracteriza-se como pesquisa documental. Configura-se também como pesquisa bibliográfica, pois demandou investigações em bases de dados especializadas no âmbito da Ciência da Informação e áreas afins para dar suporte teórico, conceitual e metodológico à realização do pretendido, no caso, possibilitar uma proposta de modelagem de metadados focada no assunto de objetos imagéticos do Setor de Coleções Especiais da Ufes.

Inicialmente, para fins desta pesquisa, foi proposta a construção de um estudo do estado da arte sobre o padrão de metadados *Dublin Core* na base de dados *Google Scholar* entre os anos 2017-2021 com o intuito de apreender como tal padrão vem sendo utilizado em acervos do patrimônio cultural, com maior ênfase em acervos que tenham características arquivísticas e históricas.

O intuito inicial era encontrar trabalhos que utilizassem o *Dublin Core* em acervos da ditadura militar, mas, como não houve uma recuperação específica expressiva nessa base de dados, optou-se por expandir a busca no eixo supracitado de modo a suplementar entendimentos a respeito de metadados, de padrões de metadados e de ações voltadas ao patrimônio cultural.

A pesquisa na base de dados *Google Scholar* excluiu trabalhos em idiomas diferentes do português e do inglês, além daqueles que estivessem fora do escopo inicial, como pesquisas relativas ao uso do *Dublin Core* em área médica, de engenharia, ou em repositórios de dados de pesquisa, por exemplo.

Foram levantados trabalhos nos segmentos artigos e tese. Detalhadamente, fazem parte dos trabalhos em idioma inglês cinco artigos, e em língua portuguesa quatro artigos e uma tese.

Foi executada uma revisão de literatura com o intuito de reconhecer o estado da arte sobre o padrão de metadados *Dublin Core* nos últimos cinco anos (2017-2021). Ademais, foi levantado, na Plataforma Sucupira e no banco de dados especializado da BRAPCI, um arcabouço teórico voltado à organização e representação da informação, com enfoque maior em temas como práticas de representação descritiva e temática em acervos, acervos de fotografias, memória e acervos do período de ditadura militar, a fim de subsidiar a pesquisa em questão no que tange a abordagens relacionadas ao assunto. Tal pesquisa mostrou-se profícua e retomou um número expressivo de trabalhos que compõem grande parte do referencial teórico desta dissertação.

4.2 CUMPRIMENTO DO PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO

Para atingir o primeiro objetivo específico, qual seja identificar requisitos funcionais necessários ao processo de modelagem de metadados para o contexto envolvido à ditadura militar, torna-se necessária a compreensão do que são exemplos de requisitos funcionais, que podem ser o que se deseja realizar com essa atividade; quais os limites dessa atividade e o que ela tentará fazer; como ela atenderá os usuários; se ela usará ações específicas, como classificação ou *download* de dados em formatos específicos; quais as características principais das fotografias e como essas características afetam a seleção de dados; os tipos de dados envolvidos no processo; se lidará com vasta variedade de conjuntos de caracteres; as principais características dos usuários e se estes são associados à instituição detentora do acervo; se falam o mesmo idioma no qual o acervo será descrito; se são ou não especialistas no domínio ao qual se trata o acervo.

De acordo com a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) tem por objetivo:

[...] primeiro, fornecer um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar dados registrados em registros bibliográficos, às necessidades dos usuários destes registros. O segundo objetivo é recomendar um nível básico de funcionalidade para registros criados por entidades bibliográficas nacionais. (IFLA, 1998, p. 7).

Os requisitos funcionais são úteis para relacionar e identificar itens em um mesmo sistema. No caso das fotografias analisadas, requisitos funcionais serão levantados pela própria descrição das imagens nos elementos do *Dublin Core*. Eles podem auxiliar de diversas maneiras, como no elemento Relação, em que, em alguns casos, certos envelopes do acervo, por exemplo MBF-055, possuem fotografias a respeito do ministro da Educação Jarbas Passarinho, sendo que fotografias a esse respeito também são encontradas no envelope MBF-083. Isso prova que os requisitos levantados por meio da descrição facilitam o acesso a informação presente na totalidade do acervo. No caso de fotografias, especificamente, os requisitos funcionais que possibilitam a relação de uma fotografia com outra podem ser observados no elemento Identificador.

Desse modo, como iniciativa experimental de levantamento de requisitos funcionais e metadados, foi feito um pré-teste para averiguar a cobertura do padrão *Dublin Core* frente à caracterização do acervo. Coube, portanto, enquadrar os elementos de metadados do *Dublin Core* ao conteúdo documental do acervo dos reitores da Ufes.

Utilizando os elementos básicos do padrão de metadados, buscou-se representar uma fotografia presente na série 055 do fundo documental do reitor Máximo Borgo Filho (MBF). Vale ressaltar que, tanto a definição do número da série e quanto a abreviatura para representar o nome do reitor, assim como o preenchimento do elemento Descrição (presente abaixo da Imagem 2), são frutos de escolhas dos bibliotecários que trataram a documentação à época, cabendo a nós não interferir nesta descrição presente na pasta 055.

Imagem 2 – Elementos de metadados *Dublin Core* no acervo fotográfico dos Reitores da Ufes



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes.

Título: MBF-055.

Identificador: 2015_03_13_09_43_005.

Descrição: Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa.

Criador: Gestão do reitor Máximo Borgo Filho 15/07/1970 a 1975.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador)

Fonte: Fotografia analógica da visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e comitiva no Campus de Goiabeiras para concessão de título de Doutor Honoris Causa ao Ministro da Educação.

Relação: MBF-083.

Cobertura: Por se tratar de imagem digital relacionada à gestão do reitor Máximo Borgo Filho e o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, identifica-se esse recurso tendo sido criado entre os anos de 1970-1975.

Data: 1970/07/15 a 1975.

Tipo: Iconográfico.

Assunto: Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa.

Linguagem: Visual.

Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Alguns pontos importantes devem ser salientados nessa primeira tentativa de representação utilizando os elementos do *Dublin Core*. O levantamento de metadados é tarefa primordial para uma futura interoperabilidade entre acervos em rede, porém a descrição deve cumprir os sete princípios elencados anteriormente por Malverdes (2015). Por isso, podem-se notar certas instabilidades em alguns elementos, principalmente quando analisados recursos de exaustividade, pois o elemento Descrição requer maior aprofundamento na representação descritiva em ambiente digital.

O acervo em questão não tem nenhuma de suas fotografias descritas. Apenas existe uma descrição geral relativa às séries nas quais se inserem as fotografias, no caso o elemento Descrição não descreve necessariamente o elemento Identificador (que identifica numericamente uma única fotografia), mas descreve o elemento Título. Uma possível descrição mais aprofundada, levando em conta o assunto e a unidade documental (fotografia), pode ser vista adiante na Imagem 3 do item 4.4.

4.3 CUMPRIMENTO DO SEGUNDO OBJETIVO DE PESQUISA

Para cumprir o segundo objetivo dessa pesquisa, tornou-se necessário identificar e selecionar um guia de catalogação que pudesse atingir os propósitos de descrever fotografias mediante interpretações sociais e culturais, que, diante das particularidades do momento histórico em questão, faz existirem grandes desafios relacionados, tanto em questão de acesso e disseminação, quanto em questão dos direitos humanos (DI PIETRO, 2019).

Além disso, coube identificar e selecionar linguagens documentárias que possibilitassem maior coesão e estabilidade na descrição, para pavimentar um possível caminho futuro de produção de pontos de acesso para recuperação e acesso da informação contida nas fotografias.

Por isso — e como pôde ser visto no capítulo anterior —, o CCO por ser um guia de catalogação direcionado a objetos culturais, com grande amplitude de usos, sendo flexível às particularidades e às individualidades contextuais de acervos e com aplicação focada, também, ao campo de “assunto”, tornando-se um guia de catalogação elegível a esse tipo de proposta.

Quanto às linguagens documentárias, Smit (1987) aponta certa instabilidade dos tesouros ao serem utilizados em documentos iconográficos por estes demandarem maior número de termos concretos. Por lidar estritamente com um acervo fotográfico, opta-se aqui por seguir as recomendações da autora quanto aos tesouros.

Outra questão a ser levantada reflete-se na fase documental na qual está inserido o acervo fotográfico dos Reitores da Ufes. Por ser um arquivo de guarda permanente, Smit e Kobashi (2008) alertam o quanto a linguagem natural pode impactar na fixação de um vocabulário controlado, assim como alertam sobre questões diacrônicas relativas a mudanças em nomes de funções ou atividades com o passar do tempo. Sendo assim, é importante que um vocabulário controlado esteja de acordo com tais questões.

Dessa maneira, a descrição de assuntos guiada pelo CCO pode ser mediada por controle de vocabulário que permita a descrição e a interpretação das fotografias e evite redundâncias nos termos, assim como a utilização de um registro de autoridade que, mediante às necessidades do acervo, pode ser funcional. O próprio CCO sugere a utilização de vocabulários controlados e registros de autoridade (pessoas, organizações, lugares, conceitos, assuntos de autoridade iconográfica) para descrição de elementos descritos e de assuntos. Nesta dissertação, utilizam-se os registros de autoridade, exemplificados no CCO, os

quais podem ser encontrados no modelo de metadados das imagens sob o nome registro de autoridade de assunto. No capítulo Discussão dos resultados, explana-se mais sobre esse tópico.

4.4 CUMPRIMENTO DO TERCEIRO OBJETIVO DE PESQUISA

Para aplicar o modelo de metadados a uma amostra de fotografias, cabe, primeiramente, lembrar que o acervo fotográfico em questão, dos Reitores da Ufes (1964-1985), é composto pela passagem de sete homens diferentes ao cargo de Reitor, tendo sido produzida uma quantidade distinta de fotografias em comparação de um Reitor para outro ao longo de seus mandatos.

A seleção da amostra está atrelada a fotografias que estejam num contexto que remeta à ditadura militar. Como já apontado, há uma descrição básica feita nos envelopes que acondicionam as fotografias, o que serviu como identificação primária desse contexto. Assim, selecionaram-se fotografias dos envelopes “FDR-03- Sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa a Pr. Castelo Branco, 1965”, “AQA-51- Visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras em 1969”, “MBF-55- Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa” (demonstrado na Imagem 1), “RAP-207- Ato de alunos e servidores na Reitoria reivindicando eleições diretas para Reitor. 1983”, “JASA-53- Pichações em protesto contra o Reitor José A. S. Abi-Zaid no campus da Ufes de Goiabeiras”.

Abaixo, aplica-se o modelo de metadados a essa amostra, levando em consideração a ênfase ao elemento “assunto” do padrão de metadados *Dublin Core*.

Imagem 3 – Sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco, em 1965



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes

Título: FDR-03.

Identificador: 2016_06_21_14_38_048.

Descrição: Sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco, em 1965.

Criador: Gestão do Reitor Fernando Duarte Rabelo 1964/06 a 1965/02/12.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador).

Fonte: Fotografia analógica de sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco, em 1965.

Relação: -

Cobertura: Com base em matéria publicada no site da Ufes¹, a fotografia foi feita no dia 17 de novembro de 1964.

Data: 1964/11/17.

Tipo: Iconográfico.

¹ <https://www.ufes.br/conteudo/50-anos-do-golpe-militar-placa-em-homenagem-castello-branco-%C3%A9-substitu%C3%ADda>

Assunto: Sessão solene do Conselho para conceder o título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Castelo Branco, em 1965. Reitor Fernando Duarte Rabelo parabeniza o presidente. O título de Doutor Honoris Causa concedido a Castello Branco foi revogado pela Ufes no dia 01 de abril de 2014, atendendo a uma recomendação da Comissão da Verdade da Ufes.

Linguagem: Visual.

Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Registro de autoridade de assunto: Reitor Fernando Duarte Rabelo; Presidente Castelo Branco * Universidade Federal do Espírito Santo * concessão de título Doutor Honoris Causa * sessão solene

Imagem 4 – Visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras em 1969



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes

Título: AQA-51.

Identificador: 2016_06_23_13_42_065.

Descrição: Visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras em 1969.

Criador: Gestão do Reitor Alaor Queiroz de Araújo 1967/06/19 a 1970.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador).

Fonte: Fotografia analógica de visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras, em 1969.

Relação: AQA-83; AQA-102.

Cobertura: Por se tratar de imagem digital relacionada à gestão do Reitor Alaor Queiroz de Araújo, com presença do então ministro da educação e Desportos Tarso Dutra, identifica-se esse recurso tendo sido criado entre os anos de 1967-1970.

Data: Não identificada.

Tipo: Iconográfico.

Assunto: Visita do ministro da Educação e Desportos Tarso Dutra ao Campus de Goiabeiras em 1969. O Reitor Alaor Queiroz de Araújo cumprimenta o ministro. A gestão de Tarso Dutra como ministro da Educação iniciou-se em 1967 e durou até 1969. Foi na gestão de Tarso Dutra que foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), órgão do MEC responsável por investigar e controlar as atividades de docentes, discentes e de funcionários das universidades.

Linguagem: Visual.

Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Registro de autoridade de assunto: Ministro Tarso Dutra; Reitor Alaor Queiroz de Araújo * MEC * AESI * Campus Goiabeiras * controle e perseguição estudantil

Imagem 5 – Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes

Título: MBF-055.

Identificador: 2015_03_13_09_43_005.

Descrição: Visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho para receber o título de Doutor Honoris Causa.

Criador: Gestão do reitor Máximo Borgo Filho 1970/07/15 a 1975.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador).

Fonte: Fotografia analógica da visita do Ministro da Educação Jarbas Passarinho e comitiva no Campus de Goiabeiras para concessão de título de Doutor Honoris Causa ao Ministro da Educação.

Relação: MBF-083.

Cobertura: Por se tratar de imagem digital relacionada à gestão do Reitor Máximo Borgo Filho e o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, identifica-se esse recurso tendo sido criado entre os anos de 1970-1975.

Data: Não identificada.

Tipo: Iconográfico.

Assunto: Identifica-se o Reitor Máximo Borgo Filho e o Ministro da Educação Jarbas Passarinho. Uma comitiva acompanha-os. O Reitor Máximo Borgo Filho foi nomeado reitor de forma indireta pela ditadura. Ele teve participação em abertura de inquéritos contra alunos, ignorou a prisão de alunos, dificultou a colação de grau, dentre outras atividades alinhadas à perseguição daqueles considerados “subversivos”. O ministro Jarbas Passarinho, por sua vez, foi um dos signatários do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que levou o país a diversos arbítrios, permitindo a governantes perseguição irrestrita a qualquer um que fosse contrário à ditadura.

Linguagem: Visual.

Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Registro de autoridade de assunto: Máximo Borgo Filho; Jarbas Passarinho * controle e perseguição estudantil * AI-5

Imagem 6 – Ato de alunos e servidores na Reitoria reivindicando eleições diretas para Reitor, em 1983



Fonte: Setor de Coleções Especiais – BC Ufes

Título: RAP-207.

Identificador: 2016_08_16_13_38_149.

Descrição: Ato de alunos e servidores na Reitoria reivindicando eleições diretas para Reitor, em 1983.

Criador: Gestão do Reitor Rômulo Augusto Penina 1980/10/22 a 1983.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador).

Fonte: Fotografia analógica de Ato de alunos e servidores na Reitoria reivindicando eleições diretas para Reitor, em 1983.

Relação: -.

Cobertura: Por se tratar de imagem digital relacionada à gestão do Reitor Rômulo Augusto Penina, identifica-se esse recurso tendo sido criado entre os anos de 1980-1983.

Data: Não identificada.

Tipo: Iconográfico.

Assunto: Três fotos em miniatura registrando a presença de alunos e de servidores na Reitoria, reivindicando eleições diretas para Reitor. Todos os Reitores, durante a ditadura, foram nomeados indiretamente. A partir da década de 80, puderam ser vistos, com maior destaque, movimentos de contestação à ditadura e pró-democracia dentro do campus da Ufes.

Linguagem: Visual.

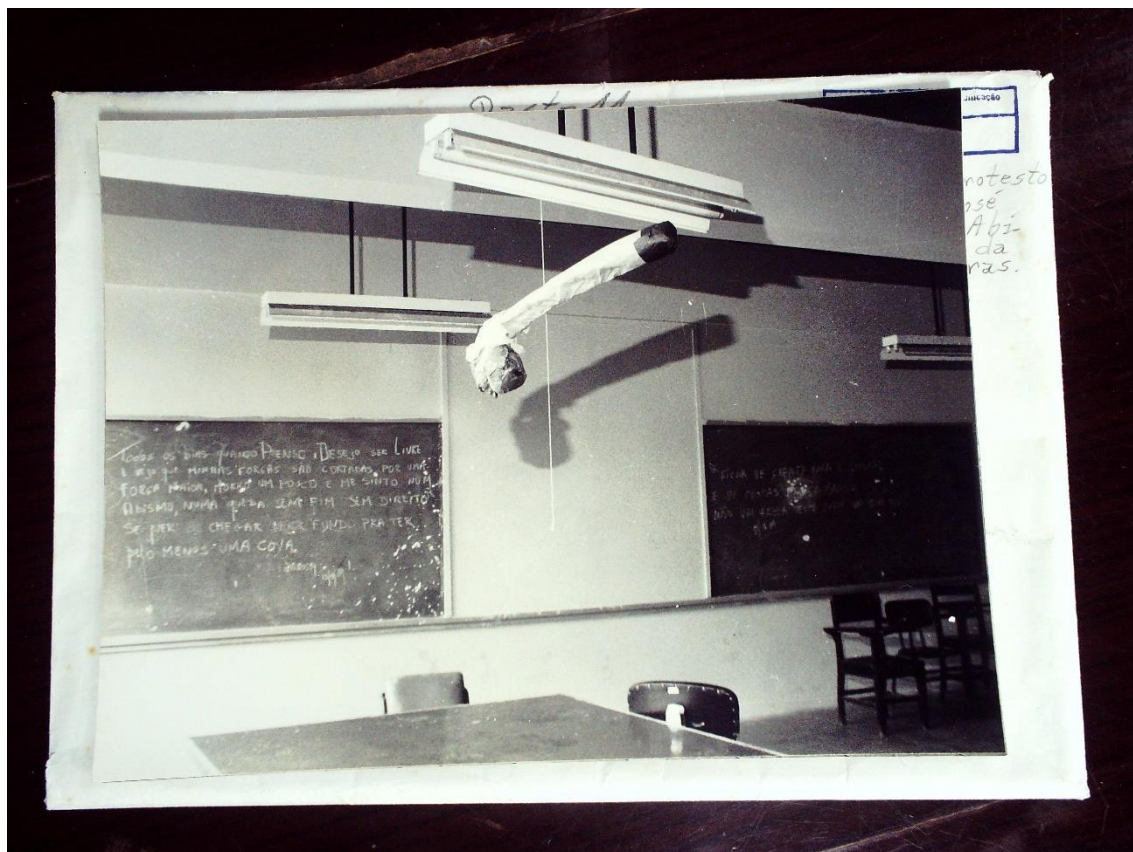
Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Registro de autoridade de assunto: alunos; servidores * Reitoria; campus da Ufes

* protesto pró-democracia *

Imagem 7 – Pichações em protesto contra o Reitor José A. S. Abi-Zaid no campus da Ufes de Goiabeiras



Título: JASA-53.

Identificador: 2016_05_30_08_46_019.

Descrição: Pichações em protesto contra o Reitor José A. S. Abi-Zaid no campus da Ufes de Goiabeiras.

Criador: Gestão do Reitor José Antônio Saad Abi-Zaid 1984/01/01 a 1987.

Editor: Biblioteca Central – Setor de Coleções Especiais.

Contribuidor: Maycon Soave de Almeida (Digitalizador).

Fonte: Fotografia analógica de pichações em protesto contra o Reitor José A. S. Abi-Zaid no campus da Ufes de Goiabeiras.

Relação: JASA-45, JASA-47.

Cobertura: Por se tratar de imagem digital relacionada à gestão do Reitor José Antônio Saad Abi-Zaid, identifica-se esse recurso tendo sido criado entre os anos de 1984-1987.

Data: Não identificada.

Tipo: Iconográfico.

Assunto: A fotografia em questão é produto da gestão do Reitor José Antônio Saad Abi-Zaid que registrou em imagem diversas manifestações de discentes

contrários à ditadura e em defesa da democracia. A intenção de se fotografar esse momento presume-se ser para registrar uma possível afronta ao *status quo* materializado num formato fático. Porém, o ângulo da fotografia, somado à projeção da luz no objeto, projeta na parede da sala de aula uma silhueta semelhante a uma arma de fogo.

Linguagem: Visual.

Formato: image/jpg.

Direitos: Universidade Federal do Espírito Santo.

Registro de autoridade de assunto: Reitor José Antônio Saad Abi-Zaid * sala de aula * protesto * objeto em formato fático *

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa desenvolvida sobre representação da informação envolvida no processo de descrição de objetos informacionais, aqui demonstrada, permite tecer alguns apontamentos relevantes acerca de alguns pontos.

É fato que a produção de dados e de metadados, no setor de patrimônio cultural, tem aumentado de maneira singular, principalmente por meio da digitalização de obras e da necessidade de se descreverem objetos digitais, seja para recuperação e acesso, seja para melhor qualificação de dados.

Diversos caminhos teóricos e metodológicos podem ser atribuídos por meio da Ciência da Informação e de seus campos de pesquisa e as abordagens podem — e devem — ser articuladas umas com as outras, levando em conta a especificidade de cada obra, coleção ou acervo a ser tratado.

Nesse caso específico, em que se buscou uma modelagem de metadados voltados ao elemento de metadado “assunto” do padrão de metadados *Dublin Core*, ficou nítido que a inserção de uma camada interpretativa à descrição pautada pelo guia de catalogação CCO depende da colaboração de outras áreas do conhecimento, de outros registros os quais somente a fotografia não é capaz de fornecer e de referências científicas robustas.

No elemento de metadado assunto, utilizaram-se os três níveis de análise (descrição, identificação e interpretação) presentes no subcapítulo “About Subject” do CCO (CATALOGING CULTURAL OBJECTS, 2006). O nível “descrição” permite que se descrevam elementos genéricos (como se observa, por exemplo, na Imagem 6, ao se descrever a presença de alunos e de servidores — elementos genéricos —). O nível “identificação” marca assuntos específicos a partir de um elemento genérico. Pode-se encontrar tal identificação ao se identificar nominalmente Reitores, ministros, presidente, o que se observa na Imagem 7, ao se especificar o nome do Reitor Abi-Zaid. O nível

“interpretação” expõe, a partir de análise conceitual, quais significados ou temáticas podem ser capturadas da fotografia. Isso fica claro, na Imagem 7, ao se relacionar o objeto em formato fálico (pendurado no teto da sala de aula) com a sua sombra projetada na parede, a qual é, dentro das possibilidades de interpretação, ser associada a uma arma de fogo. Haja vista o período de repressão e militarização da época, tal representação de arma de fogo pode denotar uma crítica ao aparelhamento da universidade com os interesses do governo militar.

Tais outras áreas do conhecimento podem ser a História, a Sociologia, o Jornalismo, a Psicologia etc. É importante sempre manter em mente que qualquer acervo é imbuído de interdisciplinaridade e de particularidade. Dessa forma, o que pode ser útil para um, pode não funcionar tão eficientemente em outro. As fases documentais (corrente, intermediário, permanente), inclusas nisso, devem ser levadas em conta ao se propor a descrever objetos informacionais.

As fotografias não são objetos informacionais completos, nem pretendem ser — tal qual qualquer outro objeto informacional — e dependem de outros objetos que possibilitem maior contextualização de seus assuntos.

Nesse sentido, a Imagem 3 dependeu de matéria publicada no *site* da Ufes para incluir a revogação do título de Doutor Honoris Causa e a data da solenidade. A Imagem 4 dependeu do artigo científico “O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969)” (MANSAN, 2010) para informações pertinentes às AESI. A Imagem 5 dependeu do relatório final da Comissão da Verdade Ufes para informações acerca do Reitor Máximo Borgo filho. A Imagem 6 dependeu do próprio acervo para identificar um contexto de maior reivindicação por eleições diretas para Reitor, pois, a partir da década de 80, e principalmente na gestão de Abi-Zaid, há uma profusão de registros fotográficos de protestos e atos em busca de maior liberdade, que podem ser vistos a partir do elemento “relação: JASA-45, JASA-47”. A última imagem (Imagem 7) traz consigo uma interpretação mais visual, mas ainda assim contextual, a ditadura militar representou um atraso social

inestimável para o país: o AI-5, as torturas, os exílios, as mortes, os expurgos e a perseguição nas universidades, são todos frutos de homens sedentos por poder, e poder bélico, afinal.

Passarin e Karpinski (2019) demonstram a preocupação que deve se ter ao tratar de documentações criadas por agentes da repressão, de caráter oficial, exigindo rigorosa análise crítica. Os autores destacam ainda que o acesso a esses arquivos deve estar atrelado à necessidade de problematização de tais fontes. Pôde ser visto anteriormente que qualquer documento de arquivo depende de um contexto para maior compreensão de seus fatos e esse apoio contextual pode ser encontrado tanto em documentos presentes no próprio acervo, como em outros acervos e em outros formatos (documentos, fotografias, audiovisual etc.).

Alguns elementos de metadados do *Dublin Core* (título, descrição, criador, contribuidor, fonte e cobertura) foram adaptados à realidade do acervo de modo a permitir uma descrição mais concisa e que abrangesse todos os 15 elementos básicos do padrão. Há de se pensar a inserção de outros elementos de metadados, como um elemento que distinga fotografias em preto e branco de fotografias coloridas. O elemento “identificador” pôde ser inserido mediante metadados embutidos (DIAS, 2020), produzidos pelo *scanner* no momento da digitalização das fotografias.

Como apontado no referencial teórico-metodológico e articulado nestas discussões, a descrição é capaz de promover conhecimento sobre acervos (OLIVEIRA, 2012; MALVERDES, 2015). A representação da informação é alcançada mediante a descrição de objetos informacionais e a representação temática, presente nos assuntos, relaciona-se com o processo de representação e organização da informação.

Já os registros de autoridade de assunto trazem a possibilidade de fornecer pontos de acesso para futura recuperação e acesso dos objetos em um sistema informatizado. Tais registros abordam pontos como pessoas, organizações, lugares, atividades, eventos etc. e podem ser mais abrangentes, permitindo

flexibilidade na descrição, haja vista que o acervo dos Reitores da Ufes possui uma abrangência de fotografias enorme, com diversas possibilidades de temas e demanda trabalhos interdisciplinares para representação efetiva. De acordo com o CCO, existem várias possibilidades de regras de registro de autoridade.

Mas, a partir do que se constata em “Controlled Subject (required) (ideally links to several authorities: persons/corporate bodies, geographic places, concepts, or iconographical subject authority)” (CATALOGING CULTURAL OBJECTS, 2006, p. 221), nota-se, por exemplo, na Imagem 3, o seguimento desses elementos recomendados, quando se expõem o Registro de autoridade de assunto: Reitor Fernando Duarte Rabelo (*person*), o Presidente Castelo Branco (*person*), Universidade Federal do Espírito Santo (*geographic place*), além das menções à concessão de título Doutor Honoris Causa (como uma atividade) e à sessão solene (como um evento). A presença de tais elementos identificam um método de utilização de registro de autoridade para fornecer pontos de acessos para recuperação da informação.

6 CONCLUSÃO

As iniciativas de organização e de representação de acervos e coleções do patrimônio cultural pode ser notada de diversas maneiras, com um grande leque de opções metodológicas para o tratamento da informação. Optou-se, nesta dissertação, por se utilizar o padrão de metadados *Dublin Core* e seus 15 elementos básicos, com enfoque no elemento “assunto”, para descrever fotografias que retratam o período de ditadura militar brasileira.

Foi necessário, no entanto, o apoio do guia de Catalogação de Objetos Culturais para apreender peculiaridades do elemento “assunto”, tais como os níveis de descrição, de identificação e de interpretação, assim como a atenção dada aos possíveis pontos de acesso para indexação e recuperação, mediante o uso de registros de autoridade que tornam a tarefa de descrição temática mais abrangente. Dessa forma, o CCO parece ser um caminho adequado à descrição de assuntos de acervos fotográficos.

A representação temática de assuntos, quando utilizada a acervos do período de ditadura militar, torna-se uma grande aliada da democracia na luta por verdade e justiça, permitindo que as fotografias “digam” mais do que podem, evitando que se mantenha a prática de silenciamento de acervos refletida em ações de sigilo e de desmonte de ações afirmativas, como as atividades promovidas pela Comissão Nacional da Verdade e suas diversas comissões estaduais e universitárias.

Assim sendo, esta dissertação não ambiciona sanar as discussões a respeito da Organização e Representação da Informação. Ela pretende apenas dar uma contribuição à defesa dos acervos históricos por meio da qualificação de metadados de assunto e anseia que trabalhos futuros permitam, tanto a descrição das demais fotografias do acervo, quanto a inserção desse acervo fotográfico em ambiente *on-line*, para que a democratização do acesso a esse acervo seja efetuada com maior dinamismo e facilidade.

7 REFERÊNCIAS

- ALVES, Rachel Cristina Vesú. **Metadados como elementos do processo de catalogação**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em:
http://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/alves_rcv_do_mar.pdf. Acesso em: 17 fev. 2013.
- ANSI Z39.19:1993. **American National Standard Guidelines for Thesaurus Structure, Construction, and Use**. New York. 1993.
- ARAKAKI, Felipe Augusto; ALVES, Rachel Cristina Vesú; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Dublin Core: state of art (1995 to 2015). **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, vol. 28, n.2, p. 7-20. Maio/Ago. 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38012>. Acesso em: 13 set. 2022.
- ARAKAKI, Felipe Augusto; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; ALVES, Rachel Cristina Vesú. Panorama das pesquisas sobre o padrão de metadados Dublin Core no Brasil. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. vol. 20, n. 1, p. 86-97, **Anais [...]**. Florianópolis. Jan/Abr. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89090>. Acesso em: 09 set. 2022.
- BACA, Murtha; HARPRING, Patricia; LANZI, Elisa; MCRAE, Linda; WHITESIDE, Ann. **Cataloging Cultural Objects: A Guide to Describing Cultural Works and Their Images**. American Library Association. Chicago. 2006.
- BADRINARAYANAN, Vijay; KENDALL, Alex; CIPOLLA, Roberto; SegNet: A Deep Convolutional Encoder-Decoder Architecture for Image Segmentation **IEEE Trans Pattern**. 2017. vol. 39 n. 12, DOI: 10.1109/TPAMI.2016.2644615. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28060704/>. Acesso em: 14 set. 2022.
- BAKER, Thomas; BLANCHI, Christophe; BRICKLEY, Dan; DUVAL, Erik; HEERY, Rachel; JOHNSTON, Pete; KALINICHENKO, Leonid; NEUROTH, Heike; SUGIMOTO, Shigeo. Principles of Metadata Registries: A White Paper of the DELOS Working Group on Registries. **DELOS Network of Excellence on Digital Libraries**. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3mSguLa>. Acesso em: 13 out. 2020.
- BAPTISTA, Ana Alice; MACHADO, Altamiro Barbosa. Um gato preto num quarto escuro: falando sobre metadados. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. vol. 25, n. 1, p. 77-90. Brasília. 2001. Disponível em:
<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/90367>. Acesso em: 10 set. 2022.

BARITÉ, Marco. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília, 2001. p.35-50.

BELUCHE, Renato. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. **Biblos**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 115-121, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/966>. Acesso em: 11 set. 2022.

BORGMAN, Christine L. **Big data, little data, no data: scholarship in the networked world**. MIT Press. Cambridge. 2016.

BRASCHER, Marisa.; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ENANCIB. 2008. p. 1-14.

CAMPOS, Astério Tavares. Linguagens Documentárias. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, vol. 14, n. 1. p. 85-88. jan/jun. 1986. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/78375>. Acesso em: 09 set. 2022.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida de.; BRASIL, Maria Irene; COELHO, Bratriz A. Salles de.; BASTOS, Dilza Ramos. Vocabulário sistematizado: A experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa. **Fundação Casa de Rui Barbosa**. 2002. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_Vocabulario_sistematizado_a_experiencia_da_Fundacao_Casa_de_Rui_Barbosa.pdf. Acesso em: 02 abril. 2022.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária: Teorias que fundamentam sua elaboração**. EdUFF: Editora da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro. 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 239.

CINTRA, Anna Maria Marques. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 2002. p. 96. (Coleção Palavra Chave).

CINTRA, Anna Maria Marques; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994. p. 72.

CLOONAN, Michèle V. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2016. p. 346.

COMISSÃO da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Relatório Final. **Vitória**. 2016. P. 190. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6768/1/Livro%20Comissao%20da%20Verdade%20web.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

COMISSÃO Estadual da Verdade do Amapá “Francisco das Chagas Bezerra Chaguinha”. **Relatório Final**. Macapá, 2017. p. 84.

CONSEJO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS. **Norma internacional sobre los registros de autoridad de archivos relativos a instituciones, personas y familias**. 2. ed. Madrid: Dirección General del Libro, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de los Archivos Estatales, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS). **Declaração do México**. Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais. 1985. Disponível em: <https://bit.ly/3Dvd1K7>. Acesso em: 15 set. 2022.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007.

CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/109726>. Acesso em: 11 set. 2022.

CURRÁS, Emília. **Tesauros: linguagens terminológicas**. Brasília. IBICT. 1995. p. 286.

DAHLBERG, Ingetraut. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**. vol. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

DAS, Anup; SUTRADHAR, B. Harvesting of Additional Metadata Schema into DSpace through OAI-PMH: Issues and Challenges. **SRELS Journal of Information Management**. [S. l.], vol. 55, n. 1, p. 1–7. 2018. DOI: 10.17821/srels/2018/v55i1/116603. Acesso em: 10 set. 2022.

DECLARAÇÃO de princípios internacionais de catalogação. [s.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

DEY, Rabi Kumar; JANA, Sibsankar. Metadata elements for cultural objects: a comparative study of metadata schemas. **International journal of research**. vol. 4, n. 1-2. ISSN: 2394-885X. 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3368811. Acesso em: 09 set. 2022.

DI PIETRO, Laila Figueiredo. **A importância do contexto para a manutenção do caráter probatório do documento fotográfico relacionado à violação dos direitos humanos na ditadura militar na América Latina**. Tese (doutorado) Universidade Federal de Brasília. Brasília. Distrito Federal. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2YJOvVt>. Acesso em: 06 out. 2021.

DIAS, Danilo Camargo. **Metadados embutidos em fotografias digitais**. Dissertação (mestrado – Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e

Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília. São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202113>. Acesso em: 14 set. 2022.

DIAS, Guilherme Ataíde; SIEBRA, Sandra de Albuquerque; SOUSA, Rosilene Paiva Marinho de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Publicando dados de pesquisa: contextualizando as principais etapas e elementos envolvidos no processo. **Ciência da Informação**. vol. 49, n. 3, p.115-127. Brasília, Distrito Federal. Set./Dez. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5501/5310>. Acesso em: 11 set. 2022.

DOHERTY, Teresa. Who, what, when, why? ISAAR (CPF): the forgotten standard. **Business Archives**. n. 87, p. 61-75, London. Maio. 2004. Disponível em: <http://public.bacs.daisy.websds.net/PDFFiles/Articles/87031.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**. vol. 35, p. 47-54. Ottawa. 1993.

_____. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Tradução: Manuel Vázquez. Carmona (Sevilla): S&C. 1996.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A marcha de Vitória: a marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Gm. Vitória, Espírito Santo. 2014. p. 242.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli; BOCCATO, Vera Regina Casari. As diferentes perspectivas teóricas e metodológicas sobre indexação e catalogação de assuntos. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.) **A indexação de livros a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias um estudo de observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais**. Cultura Acadêmica. São Paulo. 2009. p. 19-43. Disponível em: <https://bit.ly/3pfKN1h>. Acesso em: 06 out. 2021.

GILCHRIST, Alan. Thesauri, taxonomies and ontologies – an etymological note. **Journal of Documentation**. vol. 59, n. 1. 2003. p. 7-18.

GILLILAND, Anne Jervois. Setting the Stage. In: BACA, Murtha. (Ed.). **Introduction to metadata**. 3. ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Wlknz5>. Acesso em: 07 maio 2021.

GOMES, Josir Cardoso; PIMENTA, Ricardo Medeiros; SCHNEIDER, Marco A. F. Mineração de dados na pesquisa em ciência da informação: desafios e oportunidades. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. 20. ENANCIB. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123346>. Acesso em: 13 set. 2022.

- GONZÁLEZ, José Antônio Moreiro. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para a web: elementos conceituais**. SciELO-EDUFBA. 2011.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. 5.^a edición actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA. Experts group on archival description. **Records in contexts: a conceptual model for archival description**. September, 2016.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. Functional requirements for bibliographic records. Setembro, 1997.
- KEIM, Jean. **La Photographie et L'homme**. Paris, Casterman, 1971.
- KOSSOY, Boris. **História e Fotografia**. Editora Ática, São Paulo, 1989.
- LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Unicamp. Tradução: Bernardo Leão et al. 1990.
- LEHMKUHL, Camila Schwinden; MINTEGUI, Evelin Melo; SILVA, Eva Cristina Leite da; BRÄSCHER, Marisa; MEDEIROS, Basílio. Diálogos entre a função arquivística de avaliação e a representação da informação. **Informação & Informação**. vol. 24, n. 2, p. 163–181. Londrina. Maio/Ago. 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p163. Acesso em: 08 set. 2022.
- LEI N. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Conselho Nacional de Arquivos.
- LEMOS, Daniela Lucas da Silva; MENDONÇA, Fabrício Martins; SOUZA, Renato Rocha. Ontologias no suporte semântico na organização de acervos digitais em rede. In: MB Almeida (Ed.) **Representação do Conhecimento, Ontologias e Linguagem: pesquisa aplicada em Ciência da Informação**. Curitiba: CRV. p. 161-191. 2020.
- LEMOS, Daniela Lucas da Silva; SOUZA, Renato Rocha. **Knowledge Organization Systems for the Representation of Multimedia Resources on the Web: A Comparative Analysis**. **Knowledge Organization**. vol. 47, n. 4. p. 300–319. 2020.
- LINDEN, Leolíbia Luana. **O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística**. Dissertação (mestrado – Ciência da Informação). Centro de Ciências da Educação. Universidade

Federal de Santa Catarina. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174715>. Acesso em: 10 set. 2022.

LLANES PADRÓN, D. **La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

LLANES PADRÓN, Dunia; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BASTOS, Flávia Maria. Os registros de autoridade em sistemas de informação: uma perspectiva biblioteconômica e arquivística. **BRAPCI**. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185941>. Acesso em: 11 set. 2022.

LÓPEZ-CASTILLO, Sinaí; REDUCINDO, Isnardo; BENITA, Francisco. Identifying Metadata Elements in Photographic Repositories by Semantic Segmentation of Images with Deep Learning. **Inteligencia artificial y datos massivos**. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/342168594_Identifying_Metadata_Elements_in_Photographic_Repositories_by_Semantic_Segmentation_of_Images_with_Deep_Learning. Acesso em: 14 set. 2022.

MAIMONE, Giovana Deliberali; GRACIOSO, Luciana de Souza. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**. vol. 12, n. 1. Londrina. Jan/Jun. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2ZpyB2R>. Acesso em: 24 set. 2021.

MALVERDES, André. **O mundo dos cinemas de rua em imagens: organização da informação e descrição de acervos fotográficos reunidos em coleções**. Tese (doutorado – Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília. Distrito Federal. 2015. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20290/1/2015_AndreMalverdes.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

MANDAL, Sukumar. Item Relationships using Dublin Core, BIBO, FOAF, and FRBR for Managing Resources of Cultural Heritage: Designing a Prototype Integrated Framework. **Library Philosophy and Practice**. ISSN: 1522-0222. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/5329/>. Acesso em: 10 set. 2022.

MANSAN, Jaime Valim. O Ministério da Educação e Cultura e o controle do campo do ensino superior durante o governo Costa e Silva (1967-1969). **Militares e Política**, n. 7, p. 76-99. Jul/Dez. 2010. Disponível em:
<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/viewFile/33857/18972>. Acesso em: 13 set. 2022.

MARCONDES, Carlos Henrique; SOUZA, Érika Madeira de. Vocabulários controlados e acesso integrado a acervos digitais em memória e cultura. IX Seminário Internacional de Políticas Culturais. **Anais [...]**. Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: https://webmuseu.org/recursos/wp-content/uploads/sites/2/2020/05/vocabularios_controlados_artigo.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

Miller, S.. The One-To-One Principle: Challenges in Current Practice. **International Conference on Dublin Core and Metadata Applications**. p. 150-164. 2010.

MORAES, Nilson Alves de. Memória Social: Solidariedade Orgânica e Disputas de Sentido. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (org) **O Que É Memória Social?** Rio de Janeiro: Contra-Capa. 2005.

NARDINO, Anelise Tolotti Dias; CAREGNATO, Sônia Elisa. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. **Em Questão**. vol. 11, n. 2, p. 381-407. Porto Alegre. Jul/Dez. 2005. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/126/84>. Acesso em: 27 out. 2019.

NILSSON, Mikael; BAKER, Thomas; JHONSTON, Pete. **The Singapore Framework for Dublin Core Application Profiles**. 2008. Disponível em: <https://www.dublincore.org/specifications/dublin-core/singapore-framework/>. Acesso em: 10 set. 2022.

NOOR, Salma; SHAH, Lubna; ADIL, Mohammad; GOHAR, Neelam; SAMAN, Gul E.; JAMIL, Sehrish; QAYUM, Fawad. Modeling and Representation of Built Cultural Heritage Data Using Semantic Web Technologies and Building Information Model. **Computational and Mathematical Organization Theory**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WkSXtb>. Acesso em: 13 set. 2022.

NORA, Pierre. Memória: da Liberdade à Tirania. **Revista MUSAS**. n. 4, p. 6-10. São Paulo. 23 nov. 2009. Tradução: Claudia Storino. Disponível em: <https://bit.ly/3aBJ0uB>. Acesso em: 21 ago. 2021.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. Tese (Doutorado em Ciências – área de concentração: História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 43-72. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php>. Acesso em: 11 set. 2022.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de_____. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PASSARIN, Mariela; KARPINSKI, Cezar. Arquivos da ditadura e acesso à informação: acervo memória e direitos humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. **Perspectivas em Ciência da Informação**. vol. 24, n. 4. 2019. p. 145-155. out/dez. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/4190>. Acesso em: 06 jun. 2021.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de transição: contornos do conceito**. Dissertação (mestrado – Filosofia e Teoria Geral do Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia e Teoria do Direito. São Paulo. 2012. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-05032013-074039/publico/Mestrado_Renan_Quinalha_FINAL.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SILVA, Lúcia Margarida Alheiro da. Os arquivos da repressão: o papel da revista Quadrilátero na divulgação desses acervos. **Dimensões: Revista de História da Ufes**. vol. 12, p.179-193. Espírito Santo. Jan/Jun. 2001.

RODRIGUES, Joana Sousa. O documento fotográfico: um objeto social e de comunicação para a geração de conhecimento. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**. vol. 16, n.3, p. 373-386. Campinas. Set/Dez. 2018. DOI 10.20396/rdbci.v16i3.8651853. Acesso em: 10 set. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1998.

SEMELER, Alexandre Ribas.; PINTO, Adilson Luiz. Os diferentes conceitos de dados de pesquisa na abordagem da biblioteconomia de dados. **Ciência da Informação**. [S. l.], vol. 48, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4461>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Daniela Lucas da. **Uma proposta metodológica para construção de ontologias: uma perspectiva interdisciplinar entre as ciências da informação e da computação**. 2008. Dissertação (mestrado). Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://bit.ly/3F1bTUq>. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, Daniela Lucas da; SOUZA, Renato Rocha; ALMEIDA, Maurício Barcellos. Ontologias e vocabulários controlados: comparação de metodologias para construção. **Ciência da Informação**. vol. 37, n.3, p. 60-75. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55808>. Acesso em: 11 set. 2022.

SIMIC, Julia; WICK, Ryan. Sharing oregon's cultural heritage: harvesting oregon digital's collections into the digital public library of america. **OLA Quarterly**. vol. 24, n.4. <https://doi.org/10.7710/1093-7374.1962>. Acesso em: 09 set. 2022.

SIMIONATO, Ana Carolina. **Modelagem conceitual DILAM: princípios descritivos de arquivos, bibliotecas e museus para o recurso imagético digital**. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Faculdade de Filosofia e Ciências. São Paulo, Marília. 10 mar. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/123318>. Aceso em: 02 set. 2022.

SIMÕES, Maria Graça; LIMA, Gercina Angela de. **Do tratamento à Organização da Informação: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências**. MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; DIAS, Célia da

Consolação (Org.). Imprensa da Universidade de Coimbra. 2020. ISBN digital: 978-989-26-1944-6. DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1944-6>. Acesso em: 13 set. 2022.

SIQUEIRA, Joyce; CARMO, Danielle; MARTINS, Dalton Lopes; LEMOS, Daniela Lucas da Silva; MEDEIROS, Vinícius Nunes; OLIVEIRA, Luis Felipe Rosa. Elements for the construction of a data quality policy for the aggregation of digital cultural collections: the cases of the Digital Public Library of America.Inc and the Europeana Foundation. In: BISSET ÁLVAREZ, E. (Org.) **Data and Information in Online Environments. Second E. AI International Conference**. DIONE. 2021. Springer International Publishing. 2021.

SMIT, Johanna Wilhelmina. **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987.

_____. Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. **Acervo**. vol. 31, n. 3, p. 46-56. set/dez. 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/956/982>. Acesso em: 10 set. 2022.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. Como fazer – Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos. **Arquivo do Estado/impressão oficial do Estado de São Paulo**. vol. 10. São Paulo. 2003. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf10.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

SOAVE, Maycon; LEMOS, Daniela Lucas da Silva. Curadoria Digital em Acervos do Patrimônio Cultural Digital: aspectos teóricos e práticos no âmbito da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], v. 16, p. 1-25. 2022. DOI: 10.36311/1981-1640.2022.v16.e02152. Acesso em: 13 set. 2022.

SODRÉ, Caroline Almeida. **Descrição, acesso, e difusão dos acervos das DOPS no Brasil**. Dissertação (mestrado – Ciência da Informação). Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal. 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20708>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, Natasha Alves Bêto de; RONCAGLIO, Cynthia. Os benefícios do uso conjunto da Isaar (CPF) E Isad (G) na descrição arquivística. **Ágora**, ISSN 0103-3557, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 332-342, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/712/pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

SUGIMOTO, Shigeo; KIRYAKOS, Senan; WIJESUNDARA, Chiranthi; MONIKA, Winda; MIHARA, Tetsuya; NAGAMORI, Mitsuharu. Metadata Models for Organizing Digital Archives on the Web: Metadata-Centric Projects at Tsukuba and Lessons Learned. **International Conference on Dublin Core and Metadata Applications 2018**. 2018. Disponível em:

<https://dcevents.dublincore.org/IntConf/dc-2018/paper/view/568.html>. Acesso em: 09 set. 2022.

SVENONIUS, Elaine. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TAYLOR, Arlene G. **The organization of the information**. 2nd ed. Westport: Libraries Unlimited. 2004. p. 417.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade no brasil: contexto histórico-legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos**. Tese (doutorado – Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Faculdade de Ciência da Informação. Brasília, Distrito Federal. 2019.

Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/36099/1/2019_M%C3%B4nicaTenaglia.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

TORINO, Emanuelle; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; VECHIATO, Fernando Luiz. Contribuições do atributo Metadados para a Encontrabilidade da Informação. **Em Questão**, vol. 26, n. 2, p. 437-457. Porto Alegre. Maio/Ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245262.437-457>. Acesso em: 13 set. 2022.

TRIQUES, Maria Lígia; ARAKAKI, Ana Carolina Simionato; CASTRO, Fabiano Ferreira de. Aspectos da Representação da Informação na Curadoria Digital. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. vol. 25, p. 01-21. Florianópolis. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://bit.ly/2WvjPpG>. Acesso em: 15 nov. 2021.

UNESCO. Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri. p. 37. Paris. 1973. Disponível em: <https://bit.ly/3aC1trc>. Acesso em: 13 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 478/2013. **Reitoria**, Vitória, ES, 04 de março de 2013.

VALLE GASTAMINZA, Félix del. Dimensión documental de la fotografia. In: **Manual de documentación fotográfica**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. Apêndice A: Aspectos históricos da classificação da ciência. p. 187-224.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico: as contribuições do modelo conceitual FRSAD**. Tese (doutorado – Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. Florianópolis. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3o20liZ>. Acesso em: 07 set. 2022.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Graziela Martins de; BRASCHER, Marisa. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, [S. l.], vol. 11, n. 4, 2017. DOI: 10.36311/1981-1640.2017.v11n4.07.p40. Acesso em: 10 set. 2022.

WANDERLEY, Ana Isabel Ferreira. **A linguagem documentária no âmbito da representação da informação arquivística**. Dissertação (mestrado – Ciência da Informação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Ceará. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49715/3/2019_dis_aifwanderley.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

WEIBEL, Stuart; GODBY, Jean; MILLER, Eric. OCLC/NCSA. **Metadata: workshop report**. 1995. Disponível em: <http://xml.coverpages.org/dublin-core-report.html>. Acesso em: 09 set. 2022.

ZAFALON, Zaira Regina. Recurso informacional e representação documental. In: ZAFALON, Zaira Regina; DAL'EVEDOVE, Paula Regina (Org.). **Perspectivas da representação documental: discussões e experiências**. CPOI. São Paulo, São Carlos. 2017. p. 125-144.

ZENG, Marcia Lei. Interoperability. International Journal. In: **Knowledge Organization**. v. 46, n. 2, p. 122-146. 2019. ISSN online: 0943-7444. DOI:10.5771/0943-7444-2019-2-122. Acesso em: 01 set. 2022.

ZHANG, Jin; MENG, Xi. Visual subject analysis for dublin core research. **Canadian Journal of Information and Library Science**. vol. 37, n. 3, Setembro. 2013. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/520975>. Acesso em: 13 set. 2022.